



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº
90001/2026-DGL/SEPLAD

CONTRATANTE (UASG: 927843)

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD

OBJETO

O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**, nos seguintes postos de serviços: limpeza e conservação, recepção, copeiragem, jardinagem, carregador, artífice e supervisor/encarregado, em regime de dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, uniformes, insumos e equipamentos necessários e adequados para execução dos serviços nas instalações e nos bens móveis, dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará, conforme termos e condições estabelecidos neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$807.329.440,20 (oitocentos e sete milhões trezentos e vinte e nove mil quatrocentos e quarenta reais e vinte centavos).

LOCAL E DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Dia **13/07/2026** (segunda-feira), às **10h (horário de Brasília)** - UASG: 927843

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO/FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

NÃO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Sumário

1.DO OBJETO	5
2.DO REGISTRO DE PREÇOS	5
3.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	6
4.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	8
5.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	10
6.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E 7.FORMULAÇÃO DE LANCES.....	11
8.DO MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO	12
9.DA FASE DE JULGAMENTO	15
10.DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
11.DOS RECURSOS.....	21
12.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	22
13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
14.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	25
15.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	26
16.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	27



EDITAL

Torna-se público que SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SEPLAD, inscrita no CNPJ nº 35.747.782/0001-01, por meio da Diretoria de Gestão de Logística – DGL, com sede na Travessa do Chaco, nº 2350, Bairro Marco, Belém/PA, CEP 66.093-542, e-mail de contato licitacao.dgl@seplad.pa.gov.br, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da seguinte legislação:

- LEI COMPLEMENTAR nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estabelece tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para pequenos negócios (ME/EPP), incluindo benefícios tributários (arrecadação unificada) e facilidades em licitações);
- LEI FEDERAL nº 13.303, de 30 de junho de 2016. (Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios);
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MP nº 5 (Atualizada), de 26 de maio de 2017 (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 3, de 26 de abril de 2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);
- DECRETO ESTADUAL nº 2.121, de 28 de junho de 2018 (Dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito do Estado do Pará);
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEPLAD nº 004, de 26 de dezembro de 2018 (dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional);
- LEI FEDERAL nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios);
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MP nº 77, de 4 de novembro de 2022 (Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Pública federal direta, autárquica e fundacional);

- DECRETO ESTADUAL nº 2.734, de 7 de novembro de 2022 (Dispõe sobre os procedimentos de realização de pesquisa de preços na aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta);
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MP nº 81, de 25 de novembro de 2022 (Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital);
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022 (Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- DECRETO ESTADUAL nº 2.939, de 10 de março de 2023 (Dispõe sobre a estruturação de processos de aquisição de bens e serviços de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional);
- DECRETO ESTADUAL nº 2.940, de 10 de março de 2023 (Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, alterado pelo Decreto nº 3.037, de 2023);
- DECRETO ESTADUAL nº 3.371, de 29 de setembro de 2023 (Dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, e estabelece a Política Estadual de Compras e Contratação, nos termos dos art. 82 a art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021) e alterações posteriores;
- LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 164, de 5 de abril de 2023 (Altera a Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995, que instituiu a Região Metropolitana de Belém);
- DECRETO ESTADUAL Nº 3.813, de 1º de abril de 2024, (Regulamenta a gestão e a fiscalização de contratos administrativos e disciplina o procedimento de responsabilização por inexecução contratual no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Pará); e,

Demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

- LEI Nº 9.945, DE 13 DE JUNHO DE 2023, (Dispõe sobre a criação de cota para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar de que trata a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no Estado do Pará);
- DECRETO Nº 4.193, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024 (Dispõe sobre as diretrizes e critérios de sustentabilidade a serem observados nas licitações e contratações realizadas pela Administração Pública Estadual, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de licitações e contratos administrativos, e revoga o Decreto Estadual nº 1.354, de 26 de agosto de 2015, que estabelece diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública estadual).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de **SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**, nos seguintes postos de serviços: limpeza e conservação, recepção, copeiragem, jardinagem, carregador, artífice e supervisor/encarregado, em regime de dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, uniformes, insumos e equipamentos necessários e adequados para execução dos serviços nas instalações e nos bens móveis, dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará, conforme termos e condições estabelecidos neste instrumento.

1.1.1. A forma de prestação e de recebimento dos serviços objeto deste certame, bem como a garantia contratual, o prazo, o local de sua execução, a garantia dos serviços e o instrumento de medição de resultados, encontram-se previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2. A licitação será dividida em **GRUPOS** formados por um ou mais **ITENS**, conforme Tabela 1 do Termo de Referência.

1.3. Os licitantes poderão participar de quantos grupos desejarem, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.4. A presente licitação **indispõe** de item/grupo(lote) específico/exclusivo para ME/EPP previsto no art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão dos valores orçados serem superiores a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), e a fragmentação visando a exclusividade causaria prejuízo à técnica e vantajosidade na contratação do objeto licitado.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes e as eventuais adesões, são as que constam da Minuta de Ata de Registro de Preços, neste Edital, bem como seus anexos, e o Decreto Estadual que trata do Sistema de Registro de Preços vigente.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabilizar-se-á, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrador conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Neste certame NÃO haverá GRUPO (LOTE) com participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, prevista art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. NÃO poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação, ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si.

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP atuando nessa condição.

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o **item 3.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.6.2 e 3.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos **itens 3.6.2 e 3.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. A vedação de que trata o **item 3.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Para fins deste procedimento de licitação e nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, os licitantes deverão apresentar, juntamente com a proposta, comprovante de prestação de garantia de proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, observadas as modalidades previstas no §1º do referido artigo.

4.2.2. A ausência da comprovação da garantia de proposta ensejará a desclassificação da proposta do licitante.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema,** que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.3.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

4.3.3. Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do art. 1º, e no inciso III, do art. 5º, da Constituição Federal.

4.3.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, também, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, para fins de aplicação do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, observadas as disposições dos §§ 1º a 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. A assinalação do campo “*não*” correspondente implicará a não aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, ainda que o licitante se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata **os itens 4.3 e 4.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do **item 4.10 e 4.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e valor total do item;

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido na Tabela da especificação técnica.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, as microempresas e as empresas de pequeno porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme o inciso XII, do art. 17, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, a sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos/estimados estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/grupo em que o licitante concorre.
- 6.5.1. Tratando-se de licitação por grupos, o licitante deverá apresentar individualmente o valor unitário do item, sendo que o somatório dos valores totais dos itens corresponderá o valor do grupo (lote), objeto de disputa.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de cem reais (R\$ 100,00).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7. DO MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

- 7.1. Neste certame será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.1.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.1.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.1.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

- 7.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.8. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando for o caso, nas hipóteses estabelecidas em lei, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.8.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.8.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.8.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.8.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.9. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.9.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.9.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

7.9.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

7.9.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

7.9.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.9.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.9.2.1. empresas estabelecidas no território do estado do Pará;

7.9.2.2. empresas brasileiras;

7.9.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
e,

7.9.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

7.10. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.10.1. Tratando-se de licitação em GRUPO, a contratação posterior de item específico do grupo (através de “carona” ou remanejamento) exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos contidos neste instrumento como critério de aceitabilidade.

7.10.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

7.10.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.10.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.10.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.10.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

7.10.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.11. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Nos termos do Art. 58 da Lei 14.133/21, será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do prestação da quantia a título de garantia de proposta, conforme item 4.2.1 e 4.2.2.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN SEGES/MP nº 3, de 2018, art. 29, *caput*).

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN SEGES/MP nº 3, de 2018, art. 29, § 1º).

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN SEGES/MP nº 3, de 2018, art. 29, § 2º).

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será desclassificado por não atender às condições de participação previstas neste Edital.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.4 deste Edital.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 do Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.8.1. Cadernos de Logística do Governo Federal vigentes.

8.8.2. O(s) sindicato(s) não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

8.8.3. Para a formação do valor total mensal de cada posto de trabalho, a LICITANTE deverá, obrigatoriamente, considerar todos os custos advindos da execução do objeto da contratação, dos quais, não se limita, mas se destaca os relativos:

8.8.3.1. Ao enquadramento tributário da LICITANTE, cujas alíquotas incidentes deverão ser apuradas conforme seu Regime de Tributação, observados os regimes de incidência (Cumulativa e Não Cumulativa).

8.8.3.2. Aos uniformes dos funcionários que ocuparão os postos de serviço, considerando que deverão receber, no mínimo, 2 conjuntos completos por semestre.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

8.8.3.3. Aos materiais necessários para a execução do objeto, ficando a critério da Administração, a realização de diligências para a apresentação de documentos comprobatórios, a fim de que seja comprovada a capacidade do licitante de fornecimento do material, tais como notas fiscais e fichas de estoque, não sendo aceitos documentos superiores a 12 (doze) meses, contados a partir da data da proposta.

8.8.3.4. Aos equipamentos de proteção individual necessários para a execução do objeto.

8.8.3.5. Os custos relativos ao pagamento de benefícios e indenizações eventuais aos funcionários descritos neste instrumento.

8.8.3.6. O valor da remuneração vigente na data de apresentação da proposta, fixada para a categoria profissional em Convenção Coletiva de Trabalho e seus aditivos, celebrada entre a entidade sindical à qual seus funcionários estiverem vinculados e a empresa Contratada e, demais vantagens estabelecidas na legislação trabalhista, excetuando-se vantagens não obrigatórias e que resultam de incentivos fiscais.

8.8.3.7. O índice do Fator Acidentário Previdenciário – FAP (Documento obtido eletronicamente junto à Previdência Social).

8.8.3.8. Ressalta-se que as Planilhas de Custos e Formação dos preços, que farão parte da proposta de cada licitante, serão basilares para futuras repactuações, reajustes ou reequilíbrio, portanto, é fundamental que reflitam os custos efetivos e pormenorizados da empresa, não havendo a possibilidade de alterações em quantitativos ou percentuais inicialmente contratados.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. Contiver vícios insanáveis.

8.9.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

8.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

8.9.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

8.9.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

8.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e,

8.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação dos Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, conforme modelo contido no Apêndice 4 do Termo de Referência deste Edital Licitatório.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

de assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por meio digital, através do sistema.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 2.940, de 2023 e alterações.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. Para o objeto em questão, considerando que o certame se trata de registro de preços para contratação eventual, a vistoria poderá ser realizada pela futura contratada, quando necessária à execução do objeto, após a assinatura do instrumento contratual ou conforme disciplinado no Termo de Referência.

9.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN SEGES/MP nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º).

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN SEGES/MP nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN SEGES/MP nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único).

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no §1º do art. 36, e no §1º do art. 39, da IN SEGES/MP nº 73/2022.

9.13. A verificação no SICAF, ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, de acordo com o art. 64, Lei nº 14.133, de 2021 e art. 39, § 4º, da IN SEGES/MP nº 73, de 2022, para:

9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo do subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º, do Decreto nº 8.538, de 2015).

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º, do art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD, situada na Trav. do Chaco, nº 2350, Bairro do Marco, Belém/PA, CEP 66.093-542.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. As infrações e penalidades dispostas nesse item se referem especialmente às disposições da licitação, ficando no contrato os regramentos inerentes à fase contratual.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

11.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.3.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.3.4. deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

11.3.5. apresentar proposta ou amostra, se houver, em desacordo com as especificações do edital;

11.3.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, recusando-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.3.7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.3.8. fraudar a licitação;

11.3.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

quando:

- 11.3.9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.3.9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.3.9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada, conforme o caso.

11.3.10. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.11. praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.4. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.4.1. Advertência.

11.4.2. Multa.

11.4.3. Impedimento de licitar e contratar.

11.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e,

11.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no **prazo máximo de trinta dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

11.6.1. Para as infrações previstas nos itens **11.2.1, 11.3.1, 11.3.2, 11.3.3, 11.3.4, 11.3.5 e 11.3.6**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.6.2. Para as infrações previstas nos itens **11.3.7, 11.3.8, 11.3.9, 11.3.10 e 11.3.11** a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

11.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **11.2.1, 11.3.1, 11.3.2, 11.3.3, 11.3.4, 11.3.5 e 11.3.6**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **11.3.7, 11.3.8, 11.3.9, 11.3.10 e 11.3.11**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **11.2.1, 11.3.1, 11.3.2, 11.3.3, 11.3.4, 11.3.5 e 11.3.6** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **11.3.6**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º, do Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

11.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

11.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço eletrônico: licitacao.dgl@seplad.pa.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado **terá o prazo de cinco (5) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Estadual nº 3.371, de 29, de 2023 e demais legislações vigentes sobre o tema.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e,
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), bem como no Portal Compras Pará (www.compraspara.pa.gov.br), e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o prazo para a celebração do contrato será de **até 15 (quinze) dias úteis** a contar da convocação, se houver.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata do Pregão, obtida no sistema Compras.gov, na forma de anexo, a Relação de Licitantes para Cadastro Reserva, registrando:

14.1.1. os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, conforme configuração do sistema, e;

14.1.2. os licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, ou;

14.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 24 e. 25, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, ou;

14.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro(a).

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília – DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

(www.gov.br/compras), no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no Portal Compras do Governo do Estado do Pará – Compras Pará (<https://www.compraspara.pa.gov.br/>).

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

Apêndice 1 – Atribuições dos Postos de Serviço

Apêndice 2 – Materiais, Equipamentos e Uniformes

Apêndice 3 – Modelo de Proposta Comercial

Apêndice 4 – Modelo de Planilha de Custos e Formação dos Preços

ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Índices de Liquidez

ANEXO V – Modelo de Declaração de Instalação de Escritório

ANEXO VI – Relação de Órgãos e Entidades Participantes

ANEXO VII – Tabela de Demanda por Órgão e Entidade Participante

ANEXO VIII – Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

ÁUREA CELESTE BARBOSA PINHEIRO

Secretária Adjunta de Modernização e Gestão Administrativa



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. O objeto da presente licitação, com uso do sistema de registro de preços, é a contratação futura de pessoa jurídica especializada na prestação de **SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**, nos seguintes postos de serviços: limpeza e conservação, recepção, copeiragem, jardinagem, carregador, artífice e supervisor/encarregado, em regime de dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, uniformes, insumos e equipamentos necessários e adequados para execução dos serviços nas instalações e nos bens móveis, dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará, conforme termos e condições estabelecidos neste instrumento.

1.2. Para o presente procedimento de licitação, os valores de referência dos postos de serviços foram cotados e calculados sem a inclusão de adicional de insalubridade, cabendo aos licitantes vencedores providenciar laudo técnico que indique o grau de insalubridade incidente sobre as atividades objeto da contratação, nos termos do item 1.42 e seguintes deste Termo de Referência.

Tabela 1 – Quantitativo de Postos e Valores Estimados

GRUPO 1 - REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará Afuá e Santa Izabel do Pará) e REGIÃO MARAJÓ (Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure)						
ADMINISTRATIVO "A"						
(CGE, CREDCIDADÃO, CRGBA, CRSudeste, EGPA, FUNTELPA, GABGOV (Casa Civil), GABVIC, IOE, ITERPA, JUCEPA, MPC/PA, NGPR, NGTM, PGE, SEASTER, SECOM, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEEL, SEFA, SEIRDH, SEJUDH, SEMAS, SEMU, SEPI, SEPLAD, SETRAN, SETUR)						
Item	Cod. SIMAS	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
1.	24011-7	Auxiliar de Limpeza com materiais	posto/mês	541	R\$ 5.253,84	R\$ 2.842.327,44
2.	24013-3	Recepcionista 44hs semanais	posto/mês	282	R\$ 4.993,37	R\$ 1.408.130,34
3.	24014-1	Recepcionista 12x36hs	posto/mês	54	R\$ 5.437,40	R\$ 293.619,60
4.	24016-8	Copeiro	posto/mês	89	R\$ 4.413,41	R\$ 392.793,49
5.	24037-0	Jardineiro	posto/mês	49	R\$ 5.031,32	R\$ 246.534,68
6.	22567-3	Carregador	posto/mês	52	R\$ 4.910,25	R\$ 255.333,00
7.	22501-0	Artífice	posto/mês	54	R\$ 5.633,14	R\$ 304.189,56
8.	24012-5	Encarregado	posto/mês	43	R\$ 5.863,48	R\$ 252.129,64
		Subtotal do Grupo		1.164	R\$ 41.536,20	R\$ 5.995.057,75



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

**GRUPO 2 - REGIÕES DO PARÁ
ESTATAIS
(CODEC, COSANPA, CPH, EMATER, PRODEPA)**

Item	Cod. SIMAS	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
9.	24011-7	Auxiliar de Limpeza com materiais	posto/mês	159	R\$ 5.253,84	R\$ 835.360,56
10.	24013-3	Recepcionista 44hs semanais	posto/mês	8	R\$ 4.993,37	R\$ 39.946,96
11.	24014-1	Recepcionista 12x36hs	posto/mês	14	R\$ 5.437,40	R\$ 76.123,60
12.	24016-8	Copeiro	posto/mês	26	R\$ 4.413,41	R\$ 114.748,66
13.	24037-0	Jardineiro	posto/mês	53	R\$ 5.031,32	R\$ 266.659,96
14.	22567-3	Carregador	posto/mês	2	R\$ 4.910,25	R\$ 9.820,50
15.	22501-0	Artífice	posto/mês	18	R\$ 5.633,14	R\$ 101.396,52
16.	24012-5	Encarregado	posto/mês	7	R\$ 5.863,48	R\$ 41.044,36
		Subtotal do Grupo		287	R\$ 41.536,20	R\$ 1.485.101,12

GRUPO 3 - REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará Afuá e Santa Izabel do Pará) + REGIÃO MARAJÓ (Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure)

**SAÚDE, CIDADANIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(FSCMPA, HEMOPA, IASEP, PARAPAZ, SEAC, SECTET, SESP)**

Item	Cod. SIMAS	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
17.	24011-7	Auxiliar de Limpeza com materiais	posto/mês	740	R\$ 5.253,84	R\$ 3.887.841,60
18.	24013-3	Recepcionista 44hs semanais	posto/mês	239	R\$ 4.993,37	R\$ 1.193.415,43
19.	24014-1	Recepcionista Diurno 12h X 36h	posto/mês	40	R\$ 5.437,40	R\$ 217.496,00
20.	24016-8	Copeiro	posto/mês	92	R\$ 4.413,41	R\$ 406.033,72
21.	24037-0	Jardineiro	posto/mês	83	R\$ 5.031,32	R\$ 417.599,56
22.	22567-3	Carregador	posto/mês	183	R\$ 4.910,25	R\$ 898.575,75
23.	22501-0	Artífice	posto/mês	43	R\$ 5.633,14	R\$ 242.225,02
24.	24012-5	Encarregado	posto/mês	99	R\$ 5.863,48	R\$ 580.484,52
		Subtotal do Grupo		1.519	R\$ 41.536,20	R\$ 7.843.671,60

GRUPO 4 - REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará Afuá e Santa Izabel do Pará) / REGIÃO MARAJÓ (Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure)

**SEGURANÇA E CULTURA
(FASEPA, AGTRAN, ARCON, DETRAN, PCEPA, SEAP, SEGUP, PMPA, FCP, SECULT)**

Item	Cod. SIMAS	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
25.	24011-7	Auxiliar de Limpeza com materiais.	posto/mês	376	R\$ 5.253,84	R\$ 1.975.443,84



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

26.	24013-3	Recepcionista 44hs semanais	posto/mês	68	R\$ 4.993,37	R\$ 339.549,16
27.	24014-1	Recepcionista 12x36hs	posto/mês	17	R\$ 5.437,40	R\$ 92.435,80
28.	24016-8	Copeiro	posto/mês	42	R\$ 4.413,41	R\$ 185.363,22
29.	24037-0	Jardineiro	posto/mês	30	R\$ 5.031,32	R\$ 150.939,60
30.	22567-3	Carregador	posto/mês	146	R\$ 4.910,25	R\$ 716.896,50
31.	22501-0	Artífice	posto/mês	166	R\$ 5.633,14	R\$ 935.101,24
32.	24012-5	Encarregado	posto/mês	14	R\$ 5.863,48	R\$ 82.088,72
		Subtotal do Grupo		859	R\$ 41.536,20	R\$ 4.477.818,08

GRUPO 5 - REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará) / REGIÃO MARAJÓ (Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure)

**EDUCAÇÃO
(SEDUC, UEPA)**

Item	Cod. SIMAS	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
33.	24011-7	Auxiliar de Limpeza com materiais.	posto/mês	2.602	R\$ 5.253,84	R\$ 13.670.491,68
34.	24013-3	Recepcionista 44hs semanais	posto/mês	30	R\$ 4.993,37	R\$ 149.801,10
35.	24014-1	Recepcionista 12x36hs	posto/mês	8	R\$ 5.437,40	R\$ 43.499,20
36.	24016-8	Copeiro	posto/mês	14	R\$ 4.413,41	R\$ 61.787,74
37.	24037-0	Jardineiro	posto/mês	11	R\$ 5.031,32	R\$ 55.344,52
38.	22567-3	Carregador	posto/mês	9	R\$ 4.910,25	R\$ 44.192,25
39.	24012-5	Encarregado	posto/mês	7	R\$ 5.863,48	R\$ 41.044,36
		Subtotal do Grupo		2.681	R\$ 41.536,20	R\$ 14.066.160,85

GRUPO 6 - REGIÃO DE INTEGRAÇÃO - REGIÃO GUAMÁ

(Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta, Vigia)

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO - REGIÃO CAETÉ

(Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua, Viseu)

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO - REGIÃO RIO CAPIM

(Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu, Ulianópolis)

Item	Cod. SIMAS	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
40.	24011-7	Auxiliar de Limpeza com materiais.	posto/mês	1.199	R\$ 5.253,84	R\$ 6.299.354,16
41.	24013-3	Recepcionista 44hs semanais	posto/mês	162	R\$ 4.993,37	R\$ 808.925,94
42.	24014-1	Recepcionista 12x36hs	posto/mês	84	R\$ 5.437,40	R\$ 456.741,60
43.	24016-8	Copeiro	posto/mês	98	R\$ 4.413,41	R\$ 432.514,18



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

44.	24037-0	Jardineiro	posto/mês	97	R\$ 5.031,32	R\$ 488.038,04
45.	22567-3	Carregador	posto/mês	85	R\$ 4.910,25	R\$ 417.371,25
46.	22501-0	Artífice	posto/mês	107	R\$ 5.633,14	R\$ 602.745,98
47.	24012-5	Encarregado	posto/mês	89	R\$ 5.863,48	R\$ 521.849,72
		Subtotal do Grupo		1.921	R\$ 41.536,20	R\$ 10.027.540,87

GRUPO 7 - REGIÃO DE INTEGRAÇÃO - REGIÃO TOCANTINS (Abaetetuba, Acará, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, Tailândia) REGIÃO DE INTEGRAÇÃO - REGIÃO LAGO DE TUCURUI (Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Tucuruí)						
Item	Cod. SIMAS	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
48.	24011-7	Auxiliar de Limpeza com materiais.	posto/mês	510	R\$ 5.253,84	R\$ 2.679.458,40
49.	24013-3	Recepcionista 44hs semanais	posto/mês	107	R\$ 4.993,37	R\$ 534.290,59
50.	24014-1	Recepcionista 12x36hs	posto/mês	55	R\$ 5.437,40	R\$ 299.057,00
51.	24016-8	Copeiro	posto/mês	71	R\$ 4.413,41	R\$ 313.352,11
52.	24037-0	Jardineiro	posto/mês	71	R\$ 5.031,32	R\$ 357.223,72
53.	22567-3	Carregador	posto/mês	59	R\$ 4.910,25	R\$ 289.704,75
54.	22501-0	Artífice	posto/mês	74	R\$ 5.633,14	R\$ 416.852,36
55.	24012-5	Encarregado	posto/mês	62	R\$ 5.863,48	R\$ 363.535,76
		Subtotal do Grupo		1.009	R\$ 41.536,20	R\$ 5.253.474,69

GRUPO 8 - REGIÃO DE INTEGRAÇÃO REGIÃO XINGU (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu) REGIÃO DE INTEGRAÇÃO - REGIÃO BAIXO AMAZONAS (Alenquer, Almerim, Belterra, Curuçá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Terra Santa)						
Item	Cod. SIMAS	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
56.	24011-7	Auxiliar de Limpeza com materiais.	posto/mês	995	R\$ 5.253,84	R\$ 5.227.570,80
57.	24013-3	Recepcionista 44hs semanais	posto/mês	115	R\$ 4.993,37	R\$ 574.237,55
58.	24014-1	Recepcionista 12x36hs	posto/mês	57	R\$ 5.437,40	R\$ 309.931,80
59.	24016-8	Copeiro	posto/mês	74	R\$ 4.413,41	R\$ 326.592,34
60.	24037-0	Jardineiro	posto/mês	76	R\$ 5.031,32	R\$ 382.380,32
61.	22567-3	Carregador	posto/mês	64	R\$ 4.910,25	R\$ 314.256,00
62.	22501-0	Artífice	posto/mês	78	R\$ 5.633,14	R\$ 439.384,92
63.	24012-5	Encarregado	posto/mês	64	R\$ 5.863,48	R\$ 375.262,72
		Subtotal do Grupo		1.523	R\$ 41.536,20	R\$ 7.949.616,45



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

GRUPO 9 - REGIÃO DE INTEGRAÇÃO - REGIÃO CARAJÁS

(Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia)

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO - REGIÃO ARAGUAIA

(Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã, Xingura)

Item	Cod. SIMAS	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
64.	24011-7	Auxiliar de Limpeza com materiais.	posto/mês	981	R\$ 5.253,84	R\$ 5.154.017,04
65.	24013-3	Recepcionista 44hs semanais	posto/mês	137	R\$ 4.993,37	R\$ 684.091,69
66.	24014-1	Recepcionista 12x36hs	posto/mês	56	R\$ 5.437,40	R\$ 304.494,40
67.	24016-8	Copeiro	posto/mês	91	R\$ 4.413,41	R\$ 401.620,31
68.	24037-0	Jardineiro	posto/mês	68	R\$ 5.031,32	R\$ 342.129,76
69.	22567-3	Carregador	posto/mês	60	R\$ 4.910,25	R\$ 294.615,00
70.	22501-0	Artífice	posto/mês	88	R\$ 5.633,14	R\$ 495.716,32
71.	24012-5	Encarregado	posto/mês	64	R\$ 5.863,48	R\$ 375.262,72
		Subtotal do Grupo		1.545	R\$ 41.536,20	R\$ 8.051.947,24

GRUPO 10 - REGIÃO DE INTEGRAÇÃO - REGIÃO TAPAJÓS
(Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis, Trairão)

Item	Cod. SIMAS	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
72.	24011-7	Auxiliar de Limpeza com materiais.	posto/mês	183	R\$ 5.253,84	R\$ 961.452,72
73.	24013-3	Recepcionista 44hs semanais	posto/mês	47	R\$ 4.993,37	R\$ 234.688,39
74.	24014-1	Recepcionista 12x36hs	posto/mês	24	R\$ 5.437,40	R\$ 130.497,60
75.	24016-8	Copeiro	posto/mês	33	R\$ 4.413,41	R\$ 145.642,53
76.	24037-0	Jardineiro	posto/mês	29	R\$ 5.031,32	R\$ 145.908,28
77.	22567-3	Carregador	posto/mês	30	R\$ 4.910,25	R\$ 147.307,50
78.	22501-0	Artífice	posto/mês	34	R\$ 5.633,14	R\$ 191.526,76
79.	24012-5	Encarregado	posto/mês	29	R\$ 5.863,48	R\$ 170.040,92
		Subtotal do Grupo		409	R\$ 41.536,20	R\$ 2.127.064,70

Quantitativo total de postos	12.917
Valor Global Estimado Mensal	R\$ 67.277.453,35
Valor Global Estimado Anual	R\$ 807.329.440,20

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e a licitação está organizada em grupos regionalizados, em consonância com o inciso I, do § 3º, do art. 40, da Lei nº. 14.133, de 2021 e nos termos do Decreto



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Estadual nº 3.371, de 2023.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) originária deste Pregão será de 1 (ano), contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Estado do Pará, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, mediante a anuência do fornecedor, nos termos do art. 18, do Decreto Estadual nº 3.371, 2023.

1.5. O serviço é enquadrado como de natureza continuada tendo em vista a permanência da necessidade pública a ser satisfeita, ocorrendo a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração.

1.6. O contrato terá a vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado sucessivamente na forma do art. 107, da Lei 14.133, de 2021.

1.7. O presente procedimento de licitação, bem como, os contratos dele derivados, está regulado, além das legislações que regem as licitações e contratos, pela IN SEGES/MP nº 5, de 2017 e suas alterações.

1.8. O Posto de Recepcionista adotará as seguintes escalas de trabalho:

- a) 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) recepcionista; ou
- b) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) recepcionistas em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme documento acostado aos autos.

2.2. Considerando a necessidade de proporcionar um ambiente funcional adequadamente limpo, organizado e salubre para servidores e usuários dos serviços públicos; bem como a necessidade de limpeza e conservação do patrimônio dos órgãos e entidades estaduais e ainda a necessidade de prestar um melhor atendimento à sociedade através do controle de acesso e informação nas instituições públicas do Estado do Pará.

2.3. Considerando que a prestação de serviço em questão já vem sendo utilizada pelo Governo do Estado do Pará nos últimos anos como a solução mais adequada às necessidades de limpeza e conservação dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública.

2.4. Considerando por fim que no ETP verificou-se que existe a devida viabilidade técnica e econômica para esta contratação, através da análise das soluções disponíveis no mercado e fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

2.5. Considerando que o Governo do Estado do Pará nos termos do art. 5º, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023, estabeleceu que compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), editar plano anual de compras e realizar registro de preços para atendimento das demandas relacionadas a bens e serviços comuns aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

2.6. Considerando por fim que o serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a permanência da necessidade pública a ser satisfeita, ocorrendo a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração.

2.7. Pelo exposto justifica-se a realização de registro de preços para contratação eventual de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza e conservação, recepção, copeiragem, jardinagem, carregador, artífice e supervisão/encarregado, com disponibilização de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva, com fornecimento de materiais, uniformes, insumos e equipamentos necessários e adequados para execução dos serviços nas instalações dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará, conforme termos e condições estabelecidos neste instrumento.

Da aglutinação em Grupos

2.8. A aglutinação em GRUPOS também visa assegurar aos entes contratantes, maior eficiência na gestão dos contratos advindos da Ata de Registro de Preços, evitando riscos e outras eventualidades que possam surgir com a existência de inúmeras empresas prestando o mesmo serviço dentro do mesmo órgão. A existência de diversos prestadores de serviços poderia ainda implicar na descontinuidade da padronização da qualidade dos serviços, entraves gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos.

2.9. A composição em GRUPOS também possibilita a seleção da melhor proposta, considerando a possibilidade de seleção de pessoa jurídica que possua a adequada capacidade técnica para atender demandas de grande vulto, de forma concomitante, com a devida logística de fornecimento, sem prejuízo para o atendimento de vários entes contratantes ao mesmo tempo.

2.10. A organização do objeto em GRUPOS visa atender com maior eficiência e eficácia as demandas dos órgãos e entidades contratantes, possibilitando que a licitação não fique sujeita ao fracasso ou deserção por parte das empresas vencedoras tornando o certame mais atraente ao mercado, aumentando o leque de participantes interessados.

2.11. Os Grupos estão organizados de forma regionalizada, gerando redução de custos objetivando a prestação de serviços por uma única empresa, em consonância com o inciso I, do § 3º, do art. 40, da Lei nº 14.133, de 2021 e nos termos do art. 12, inciso III, alínea “c”, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.



2.12. Pelo exposto, a aglutinação em Grupos demonstra-se necessária para atingir os adequados patamares de economia de escala e seleção de proposta com a devida vantajosidade técnica e econômica, além de gerar melhor eficiência na fiscalização de contratos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Serão contratados serviços terceirizados, com disponibilização de mão de obra e fornecimento de materiais, insumos e equipamentos necessários e adequados para execução nas instalações e nos bens móveis, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, conforme especificações e quantitativos presentes neste estudo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A contratada, para a execução dos serviços, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, no que couber, em especial as contidas no art. 10, do Decreto Estadual nº 4.193, de 2024, *in verbis*:

I - Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

II - Adoção de medidas para evitar o desperdício de água;

III - Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

IV - Adoção de programa interno de treinamento de empregados para redução de consumo de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e

V - Coleta seletiva e separação de resíduos recicláveis descartados e a sua destinação a associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

4.2. A contratada deverá realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos do Decreto Federal nº 10.936, de 2022 ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.

4.3. Os resíduos sólidos, reutilizáveis e recicláveis, deverão ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

4.4. A contratada deverá implantar boas práticas ambientais na execução dos serviços e as especificações dos insumos utilizados devem atender às normas ambientais vigentes, principalmente no que tange ao uso de produtos biodegradáveis.

4.5. Deverão ser adotadas pela contratada todas as normas federais, estaduais e municipais quanto aos critérios de preservação ambiental, além das orientações das entidades públicas que versem sobre a matéria, dentre as quais, as seguintes:

4.5.1. Que os produtos utilizados na prestação dos serviços devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.5.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

4.5.3. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.5.4. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; e,
- b) substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.6. Na presente contratação será efetuada a indicação de marca e modelo, conforme modelo constante Apêndice 2 (Materiais, Equipamentos e Uniformes) deste Termo de Referência, para fins de referência de qualidade e facilitação da descrição do objeto.

4.6.1. Para formulação e dimensionamento da proposta, será admitida a indicação de produtos com qualidade “equivalente”, “similar” ou ainda “de melhor qualidade”.

4.6.2. A Administração observa, neste quesito, o princípio da padronização e qualidade dos materiais, equipamentos e insumos oferecidos pela Contratada, considerando a compatibilidade das suas especificações técnicas, estéticas e de desempenho em relação ao Apêndice 2 do Termo de Referência termos do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 9º, inciso I, alínea “b”, da IN SEGES/MP nº 81, de 2022, bem como a Portaria SEGES/MP nº 938, de 2022.



Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.7. Na presente contratação não há vedação de marca/produtos.

Subcontratação

4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e 121, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a cinco por cento (5%) do valor anual do contrato.

4.9.1. A prestação de garantia nas contratações desta licitação poderá ser efetuada pelo Contratado optando por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil;

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.10. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto deste Contrato;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

c) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Contrato;

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

4.11. A garantia será prestada antes da assinatura do Contrato e só poderá ser levantada, após o término do prazo da vigência contratual, observado o prazo de que trata o § 3º, do art. 96, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 para a modalidade seguro-garantia.

4.12. Poderão ser consideradas como a data da entrega:

a) Em caso de contrato assinado fisicamente: a data informada no documento de rastreamento de entrega de correspondências, obtido no sítio eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ou a data da retirada do instrumento *in loco*.

b) Em caso de contrato assinado eletronicamente: a data do envio, por e-mail, do instrumento assinado por ambas as partes.

4.13. A vigência da garantia deverá corresponder ao prazo contratual acrescido de, pelo menos, 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência do Contrato, devendo ser renovada a cada



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

prorrogação contratual.

4.14. Apresentada a garantia contratual e existindo qualquer pendência que impeça o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA será comunicada para regularizá-la ou substituí-la, sendo-lhe assinalado o prazo de 10 (dez) dias, contado da data da notificação, que poderá ser realizada por *e-mail*.

4.15. Em caso de apresentação de seguro-garantia, é vedada a inclusão e/ou supressão de dispositivos nas condições gerais e especiais nele previstas que diverjam da redação original do anexo referente ao Seguro Garantia – Segurado Setor Público da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022, ou norma que vier a substituí-la.

4.16. O seguro-garantia deve ser emitido por seguradora em situação regular na Superintendência de Seguros Privados.

4.17. Na apólice do seguro-garantia a Contratante deverá constar como beneficiária do seguro.

4.18. No caso de garantia apresentada na modalidade de fiança bancária, deverá constar do documento renúncia expressa aos benefícios da ordem previstos no art. 827 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil).

4.19. A garantia na modalidade de fiança bancária deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil.

Apresentação de Laudo Técnico de Insalubridade

4.20. Os licitantes vencedores que tiverem seus preços registrados em Ata de Registro de Preços poderão ser convocados para a celebração do contrato, caso em que deverão realizar vistoria nos órgãos e entidades que compõem o(s) grupo(s) adjudicado(s) para fins de elaboração de laudo técnico de insalubridade.

4.21. O laudo das condições ambientais de trabalho deverá ser firmado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, nos termos da Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) do Ministério do Trabalho e Emprego, indicando o grau de insalubridade incidente sobre as atividades objeto da contratação.

4.22. O vencedor convocado deverá, com base no respectivo laudo, apresentar nova Planilha de Custos e Formação dos Preços prevista no Apêndice 4 deste Termo de Referência, inserindo, no item C do Módulo 1 – Composição da Remuneração, o valor referente ao grau de insalubridade efetivamente atestado, permanecendo inalterados os demais itens, permitido tão somente os reflexos nos demais valores que compõe a planilha de custos decorrentes da inclusão do adicional de insalubridade.

4.23. A Planilha de Composição da Remuneração será acompanhada do laudo técnico de insalubridade, que serão analisados pela Administração Pública, podendo ser exigida complementação



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

ou esclarecimentos.

4.24. O prazo para apresentação do laudo e a atualização da Planilha de Composição da Remuneração será de até 60 (sessenta) dias, mediante convenção das partes, o qual será contado a partir da convocação para assinatura do contrato.

4.25. Durante o prazo estabelecido para elaboração dos laudos de insalubridade e apresentação de nova Planilha de Custos e Formação dos Preços, o prazo de que trata a item 1.149 do Edital ficará suspenso.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução dos serviços será iniciada em **até 30 (trinta) dias**, após assinatura do contrato, visando a não descontinuidade da prestação dos serviços no caso de transferência de conhecimento.

5.1.2. A descrição dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho deverão ser devidamente adaptados, conforme as especificidades dos resultados esperados de cada órgão e entidade contratante, devendo, porém, obedecer às atividades básicas descritas no Apêndice 1 deste Termo de Referência.

5.1.3. O Cronograma de realização dos serviços, a rotina de execução, a indicação da frequência e periodicidade dos serviços, deverão ser definidos conforme a especificidade de cada órgão e entidade contratante quando da formalização do instrumento contratual, devendo, porém, obedecer às exigências básicas descritas neste Termo de Referência.

5.1.4. O expediente será, em regra, de **44 (quarenta e quatro) horas semanais**, a ser ajustada conforme às normas da CLT, exceto para os itens que trabalhem com jornada de 12x36hs.

Local da prestação dos serviços

5.2. Considerando que o certame em questão é um registro de preços, com a participação de diversos órgãos e entidades do poder executivo estadual, os locais da prestação do serviço, com os respectivos endereços e horários, serão informados pelo Contratante quando da formalização do instrumento contratual, os quais não devem ser diferentes da Região de cada Grupo licitado.

5.2.1. Caso os endereços da prestação do serviço se modificarem conforme a etapa/fase do Cronograma, a alteração deve ser devidamente formalizada e previamente acordada entre as partes.



Rotinas a serem executadas e atribuições dos serviços:

5.3. A execução contratual observará as rotinas e procedimentos das atividades de serviços terceirizados, os quais devem ser devidamente adaptadas às especificidades de cada órgão e entidade contratante, observado ainda as atribuições descritas Apêndice 1 deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Apêndice 2 deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5. Deverão ser fornecidos pela Contratada os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, conforme descrito no Apêndice 2 deste Termo de Referência, sendo estes ditos essenciais à integridade física do trabalhador, não sendo permitida sua ausência na execução dos serviços, sob pena da contratada sofrer as sanções determinadas no Edital.

Uniformes

5.6. A contratada deverá fornecer uniformes completos para os empregados de cada categoria profissional, sendo que a entrega do primeiro conjunto de uniforme deverá ocorrer até 05 (cinco) dias antes do início da execução dos serviços e, posteriormente, a cada 06 (seis) meses, considerando a data inicial do Contrato, conforme especificações do Apêndice 2 deste Termo de Referência, ou a qualquer momento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que não atenderem às condições mínimas de apresentação, mediante solicitação escrita da Contratante.

5.7. A Contratada deverá apresentar o modelo de seu uniforme, para aceitação da Contratante, atendendo o quantitativo apresentado que foi definido de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

5.8. Para as funcionárias que encontrarem-se em estado de gestação, a Contratada deverá providenciar uniforme adequado até o 9º mês de gravidez.

5.9. O custo com uniformes e equipamentos não poderá ser repassado aos profissionais, podendo ser solicitada a sua devolução no fim do Contrato.

5.10. Os uniformes, de todas as categorias, deverão conter o emblema da Contratada, de forma visível, preferencialmente, na própria camisa.



Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.11. A demanda de cada órgão e entidade participante deste registro de preços está dimensionada, por posto de serviço, na Tabela 1 deste Termo de Referência, bem como na Relação de Demanda por Órgão Participante do Anexo VI do Edital licitatório.

5.12. A especificação de prestação da garantia do serviço, encontram-se detalhados nos itens 1.30 a 1.40 deste documento, conforme exigência do art. 40, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021. Também deve-se considerar no dimensionamento da proposta as prerrogativas estabelecidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar na sua Proposta Comercial a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), acordos coletivos, os sindicatos e/ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço, bem como suas respectivas datas bases e vigências, tomando por base a CCT e acordos vigentes na época do lançamento da proposta comercial.

5.14. Para fins de dimensionamento da proposta, a licitante deve ainda estar ciente de que o quantitativo decorrente das adesões (“Caronas”) à Ata de Registro de Preços por órgão não participe, não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do art. 32 e 33 do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.15. A Contratante deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

Classificação dos Serviços

5.16. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos descritos no Decreto nº 9.507, de 2018 e alterações, e demais normas legais e regulamentares pertinentes, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerente às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, sendo que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



Da regulamentação normativa

5.17. Os serviços ora licitados são de legislação específica e devem obedecer a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria dos postos requeridos, no ano corrente da contratação, bem como os Cadernos de Logísticas Governamentais e demais regulamentação específica.

6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 140, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do art. 4 e seguintes do Decreto Estadual nº 3.813, de 2024.

6.2. As atividades de fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo, dentre outros, aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções e extinção do contrato, quando for o caso, tudo com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

6.3. O representante da Contratante designado como fiscal deverá possuir capital social condizente com o objeto deste Termo.

6.4. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

6.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

6.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.6.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

c) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

6.6.2. Entrega até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e,

e) Recibos de pagamento de salários.

6.6.3. Entrega, mensalmente ao contratante, dos seguintes documentos:

a) Folha de pagamento analítica referente ao mês anterior ao da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

b) Cópia dos contracheques dos empregados relativos referente ao mês anterior ao da prestação dos serviços e, ainda, cópia de recibos de depósitos bancários;

c) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao mês anterior ao da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

d) Recibos de 13º (décimo terceiro) salário e de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional, se for o caso;

e) Registros de horário de trabalho relativos ao mês anterior da prestação dos serviços;

f) DCTF Web – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos, com os respectivos relatórios completos;

g) PER/DCOMP Web - Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Declaração de Compensação; e,

h) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria, acompanhados dos comprovantes de pagamento das verbas rescisórias e extrato dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de cada empregado dispensado.

6.6.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e,

d) Exames médicos demissionários dos empregados dispensados.

6.7. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada no subitem acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.8. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, deverão ser apresentados:

I - Relação dos empregados vinculados à execução contratual, contendo:

a) Nome completo;

b) Cargo ou função;

c) Horário do posto de trabalho;

d) Números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); e,

e) quando for o caso, a indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços.

II - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, se necessário, devidamente assinada pela contratada, e;

III - Exames médicos admissionais dos empregados do contratado que prestarão os serviços.

6.9. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais do contrato deverão informar a administração, para que esta oficie à Receita Federal do Brasil



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

(RFB).

6.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais do contrato deverão informar a administração, para que esta oficie ao Ministério do Trabalho.

6.11. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.12. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

6.13. Além das disposições acima citadas, a Fiscalização Administrativa observará, ainda, as diretrizes contidas no item 1.69 e seus subitens.

6.14. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

6.15. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, os extratos da conta do FGTS e verificar se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

6.16. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

6.16.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

6.16.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

6.16.3. cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e,

6.16.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação etc.), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de empregado.

6.17. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.18. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

6.19. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados em conformidade com os termos do Decreto Estadual nº 3.813, de 2024.

6.20. O fiscal do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que avalie e delibere sobre a readequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos, em conformidade com a legislação em vigor.

6.21. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços será verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.22. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, em conformidade com a legislação em vigor.

6.23. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias, do FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, em conformidade com a legislação em vigor.

6.24. O fiscal deverá elaborar relatório nos termos do art. 13, § 3º, do Decreto Estadual nº 3.813, de 2024, contendo a lista de conferencia dos documentos exigidos no item 1.69 e, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e do FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.24.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias uteis, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que participaram da execução dos serviços objeto do contrato.

6.24.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

6.24.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

6.25. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.26. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e fiscais, em conformidade com a legislação em vigor.

6.27. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.

6.28. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante no Anexo IX deste Termo de Referência.

7.1.1. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) avaliará se a execução dos serviços obteve conformidade com as condições estabelecidas neste Termo e atingiu os resultados estabelecidos no IMR, mediante critérios objetivos estabelecidos pelo Contratante.

7.1.2. Os critérios definidos para medição de resultados na execução dos serviços serão utilizados para efeito de pagamento com base nos resultados obtidos pela Contratada, bem como poderá ensejar a aplicação de multa e rescisão contratual.

7.1.3. O Fiscal ou Comissão de Fiscalização avaliará a execução por meio do IMR e emitirá o Termo de Recebimento Provisório através das informações obtidas nos relatórios emitidos e, caso não haja irregularidades, providenciará o recebimento definitivo.

7.2. Conforme o caso, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate no IMR que a Contratada:

7.2.1. Não produzir os resultados acordados;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

7.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, ou;

7.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do Instrumento de Medição de Resultados – IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios do instrumento referido no item 1.92, conforme o modelo do Anexo IX deste Termo de Referência.

7.5. Nos termos da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, o critério de remuneração para os contratos ora firmados será por “posto de trabalho”, considerando que o objeto desta contratação são serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista a inviabilidade técnica de adotar critério de mensuração dos resultados para o pagamento dos serviços. Como método de cálculo será definido considerando a quantidades e tipos de postos.

7.5.1. Adoção de postos de trabalho admite a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se, por outro lado, a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório ou Termo de Referência.

8. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. No prazo de até cinco (5) dias úteis do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas previstas no Decreto Estadual nº 3.813, de 2024.

8.2. No prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento dos documentos da Contratada, o Fiscal ou Comissão de Fiscalização do contrato deverá elaborar Relatório de Fiscalização em consonância com suas atribuições.

8.3. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Fiscal do Contrato ou servidor formalmente designado deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e,

8.3.3. Comunicar a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas nos termos da IN SEGES/MP nº 5, de 2017.

8.5. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

8.5.1. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

8.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou o servidor designado para as regulares competências, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.8. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal ou servidor formalmente designado pela Administração.

8.9. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo fiscal ou servidor formalmente designado pela Administração.

Liquidação

8.10. As Notas Fiscais deverão ser emitidas a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao fato gerador da nota.

8.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da IN SEGES/MP nº 77, de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

8.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.13.1. a data da emissão;
- 8.13.2. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.13.3. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.13.4. o valor a pagar, e;
- 8.13.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

8.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (IN SEGES/MP nº 3, de 2018).

8.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá comunicar o fato à autoridade competente para instauração do procedimento de responsabilização por inexecução contratual, conforme o previsto no capítulo V, do Decreto Estadual nº 3.813, de 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

8.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que seja concluído o procedimento responsabilização por inexecução contratual, caso o contratado não regularize sua situação junto ao órgão competente.

Prazo de pagamento

8.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da IN SEGES/MP nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22.1. O pagamento será creditado em favor da Administração Pública do Estado do Pará, conforme dados do Contratante, mediante crédito e conta corrente do Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, conforme determina o Decreto Estadual nº 877, de 2008.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, para registro de preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será pelo preço unitário do posto de serviço, com a consequente multiplicação dos postos, em conformidade com a disposição legal.

Exigências de habilitação

9.3. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos do art. 36 e seguintes, do Decreto Estadual nº 2.940, de 2023, e dos arts. 62 a 70, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, será substituída pela Declaração emitida pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos termos do § 1º, do art. 36, do Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

9.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação ou comissão de contratação, quando o substituir, até a conclusão da fase de habilitação, nos termos do § 1º, do art. 39, do Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

9.6. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases referidas nos incisos III e IV, do *caput* do art. 8º, do Decreto Estadual nº 2.940, de 2023, observado, nesta hipótese, o disposto no §2º, do art. 39, do mesmo Decreto, e no art. 64, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, e/ou;

9.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.8. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital de licitação, após solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, no sistema eletrônico, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, nas situações elencadas no § 3º, do art. 29, do Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

9.9. A verificação pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no Capítulo XI do Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º, do art. 29, do Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

9.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o § 7º, do art. 39, do Decreto Estadual nº 2.940, de 2023

9.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do art. 4º, do Decreto Federal nº 8.538, de 2015.

9.14. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

9.14.1. Apresentar Declaração de cumprimento do disposto no art. 93, da Lei nº 8.213, de 1991, que a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção:

- a) até 200 funcionários: 2%;
- b) de 201 a 500 funcionários: 3%;
- c) de 501 a 1000 funcionários: 4%;
- d) de 1001 em diante funcionários: 5%.

9.15. A fim de se comprovar a exatidão das informações prevista no subitem 2.14.1 a licitante deverá ainda, nos termos do art. 93, da Lei nº 8.213, de 1991, da Lei nº 10.097, de 2000, e art. 429, da CLT, emitir a Certidão para Comprovação de cumpre com a reserva de cargos para aprendizes e Portadores de Deficiência e Reabilitados da Previdência social através do link: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>

9.16. A não apresentação dos documentos de habilitação, mencionados neste Capítulo, ou sua apresentação em desacordo com o edital, implicará na inabilitação da Licitante.

Qualificação Econômico-Financeira

9.17. Não obstante a comprovação da habilitação por meio do SICAF, conforme acima descrito, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira a licitante deverá ainda apresentar:

9.17.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

9.17.2. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.17.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial ou órgão equivalente da sede ou domicílio da licitante, sendo que as empresas obrigadas a utilizarem a escrituração contábil digital e as optantes deverão apresentar o arquivo da ECD que contenha o balanço patrimonial e demonstrativo de resultado do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (arquivo transmitido por meio do SPED) e Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED), demonstrando:

9.17.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um), conforme as seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

$$\text{Solvência Geral (SG)} = \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})}$$

$$\begin{array}{ccc} 17. \text{ Liquidez Corrente (LC)} & & 18. (\text{Ativo Circulante}) \\ & = & \frac{\quad}{19. (\text{Passivo Circulante})} \end{array}$$

9.17.5. Para a **demonstração dos índices** econômicos previstos neste subitem a licitante deverá apresentar Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, conforme modelo conste no Anexo deste Edital;

9.17.6. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, **16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento)** do valor estimado para a contratação ou GRUPO (LOTE) pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.17.7. Comprovar que possui patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

contratação, considerado o grupo (lote) em que concorrer;

a) Na hipótese de participação em mais de um grupo (lote), os valores correspondentes ao patrimônio líquido mínimo deverão ser somados, de modo que seja atendido o percentual de 10% sobre o valor estimado do somatório de grupos (lotes) em que estiver concorrendo com aqueles que já tenha se sagrado vitorioso.

9.17.8. Certidão de Inteiro Teor contendo os dados de movimentação e arquivamento da licitante interessada em participar desse referido certame, juntamente com a certidão simplificada e específica, de todos os atos averbados, emitida pela Junta Comercial do domicílio ou sede da empresa licitante, datados dos últimos 30 (trinta) dias, exceto para as empresas classificadas como MEI.

9.17.9. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.17.10. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

9.18. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, § 1º Lei nº 14.133, de 2021).

9.19. O atendimento dos índices econômicos previstos para comprovação da qualificação econômico-financeira da empresa, citados nos subitens 2.17.4, 2.17.6. e 2.17.7. deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.20. As empresas deverão comprovar o cumprimento do disposto no art. 4º-B da Lei Federal nº 6.019, de 1974, e respectivos percentuais, mediante a integralização do capital social na seguinte proporção:

9.20.1. Empresas com mais de cem empregados - capital mínimo de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

9.21. A comprovação de que trata a cláusula 2.20 se dará mediante a apresentação de declaração de cumprimento, na forma do ANEXO VIII deste Edital, a qual deverá ser acompanhada de certidão simplificada da junta comercial competente e extrato do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

9.22. Justifica-se a exigência prevista na cláusula 2.20 em razão da Tese de Repercussão Geral fixada no Tema 1.118 do Supremo Tribunal Federal (STF), a qual determina que nos contratos de terceirização a Administração Pública exija a cobrança de integralização do capital social, nos termos da Lei Federal nº 6.019, de 1974.



Habilitação Técnica

9.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.23.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.24. Declaração de que reservará cota de 3% (três por cento) do total de postos de trabalho, em cada contrato com quantitativo mínimo de 50 (cinquenta) colaboradores, para as mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar de que trata a Lei nº 11.340, de 2006, observadas as disposições da Lei Estadual nº 9.945, de 2023.

Qualificação Técnico-Operacional

9.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.26. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.26.1. Comprovação da experiência **mínima de 2 (dois) anos** na prestação dos serviços, com prestação de serviço de no mínimo de **50% (cinquenta por cento)** do número de postos de trabalho a serem contratados no grupo (lote) em que concorre.

9.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9, do Anexo VII-A, da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, aplicável por força da IN SEGES/MP nº 98, de 2022.

9.26.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.26.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.27. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local na Região Metropolitana de Belém (PA), a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

contrato, conforme modelo constate no Anexo V, do Edital Licitatório.

9.27.1. Esta Declaração será dispensada se o Licitante, comprovadamente, já possuir escritório instalado ou representante autorizado na Região Metropolitana de Belém-PA.

9.27.2. A exigência da instalação de escritório local se dá pela garantia da qualidade da Gestão Administrativa do Contrato, possibilitando ao Gestor e ao Fiscal, a qualquer tempo, realizar diligências para sanar dúvidas e esclarecimentos acerca da execução dos serviços prestados, objeto da presente contratação.

9.28. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.29. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e regulamentos sobre o tema.

10. DA REPACTUAÇÃO

10.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

10.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

10.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato.

10.2.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

10.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

10.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

10.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

10.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

10.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

10.7. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.8. A repactuação deverá ser precedida de solicitação pela contratada e quando se referir aos custos da mão de obra, a contratada efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação dos Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

10.9. Quando a repactuação solicitada pela contratada se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{V (I - I^o)}{I^o}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

10.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo, fica o contratado obrigado a apresentar



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

10.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

10.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

10.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

10.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

10.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

10.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

10.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

10.21. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

10.22. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.23. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

10.24. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação dos Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

10.25. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

10.26. Cabe à Secretaria de Estado de Administração e Planejamento (SEPLAD) a condução de negociações relativas à aos preços registrados nas atas de registro de preços, estabelecendo os preços máximos do objeto contido no contrato administrativo dela decorrente.

10.27. A SEPLAD também será encarregada de divulgar esses valores, na forma do § 4º, do art. 6º, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023, para que os órgãos ou entidades contratantes possam revisar seus contratos.

10.28. Ao órgão ou entidade contratante caberá a apreciação dos pedidos de repactuação formulados pela contratada, observando-se os preços máximos definidos pela SEPLAD na forma dos itens 3.26 e 3.27, formalizando a repactuação por meio de termo de apostilamento.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado anual da contratação é de **R\$ 807.329.109,33** (oitocentos e sete milhões, trezentos e vinte e nove mil, cento e nove reais, trinta e três centavos), conforme custos unitários constantes na Tabela 1 deste instrumento.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A dotação orçamentária para custeio das despesas referente aos contratos originários desta Ata de Registro de Preços será informada por cada ente Contratante, conforme a disponibilidade orçamentária de cada órgão e entidade.

13. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, realizando o tratamento de dados pessoais disponibilizados pelas partes, em meios físicos ou digitais, em consonância e em cumprimento das disposições preconizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei nº 13.709, de 2018, assim como atenderão a suas respectivas atualizações e aos padrões aplicáveis em seu segmento.

14. EQUIPE TÉCNICA ELABORADORA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Belém (PA), 29 de junho de 2026.

COPL/DGL/SEPLAD



APÊNDICE 1 DO TERMO DE REFERÊNCIA
Atribuições dos Postos de Serviços

1. ATRIBUIÇÕES DO AUXILIAR DE LIMPEZA (CBO 5143-20):

DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXERCÍCIO

1.1. Executam serviços de limpeza e conservação, conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios, trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

1.2. Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.3. Em Áreas internas

1.3.1. Diariamente, uma vez quando não explicitado:

- a) Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- b) Lavar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes;
- c) Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- d) Aspirar o pó em todo o piso acarpetado;
- e) Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia, uma vez em cada turno;
- f) Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- g) Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de ardósia, cerâmicos e emborrachados;
- h) Varrer os pisos de cimento;
- i) Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- j) Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários;
- k) Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- l) Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- m) Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

- n) Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber;
- o) Limpar os corrimãos;
- p) Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração, usando técnicas de higiene necessárias;
- q) Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

1.3.2. Semanalmente, uma vez quando não explicitado:

- a) Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- b) Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- c) Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- d) Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras etc.;
- e) Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de ardósia, cerâmicos e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- f) Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- g) Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool;
- h) Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- i) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

1.3.3. Mensalmente, uma vez.

- a) Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- b) Limpar forros, paredes e rodapés;
- c) Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- d) Limpar persianas com produtos adequados;
- e) Remover manchas de paredes;
- f) Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- g) Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados à óleo ou verniz sintético.

1.3.4. Semestralmente, uma vez.

A empresa deverá comunicar a administração quando da realização dos serviços.

- a) Lavar a caixa d'água do prédio, remover a lama depositada e desinfetá-la.

1.4. Esquadrias

1.4.1. Quinzenalmente, uma vez

- a) Limpar todos os vidros das janelas (face interna), aplicando-lhes produtos



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

antiembaçantes;

b) Limpar portas envidraçadas (face interna e externa), aplicando-lhes produtos antiembaçantes;

c) Limpar todas as portas e janelas de madeira.

1.4.2. Bimestralmente, uma vez

a) Limpar todos os vidros das janelas/fachadas envidraçadas (face externa), aplicando-lhes produtos antiembaçantes.

1.5. Áreas Externas

1.5.1. Diariamente, uma vez

a) Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;

b) Varrer, passar pano úmido e polir os pisos cerâmicos, de ardósia e emborrachados;

c) Varrer as áreas pavimentadas;

d) Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;

e) Retirar o lixo duas vezes ao dia, uma vez em cada turno, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;

f) Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber;

g) Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

1.5.2. Semanalmente, uma vez.

a) Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc.);

b) Limpar/lavar escadas externas;

c) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

1.5.3. Mensalmente, uma vez.

a) Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento;

b) Lavar os pisos cerâmicos, de ardósia e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;

c) Limpar as caixas de coleta/gordura/inspeção;

d) Limpar as calhas de recepção de águas pluviais, desobstruindo se for o caso;

e) Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

1.5.4. Bimestralmente, uma vez.

a) Lavar paredes externas;

b) Limpar tetos da área externa; e,

1.6. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.



2. ATRIBUIÇÕES DO RECEPCIONISTA (CBO 4221-05):

Das Condições Gerais de Exercício

2.1. Recepcionam e prestam serviços de apoio a clientes, pacientes, hóspedes, visitantes e passageiros; prestam atendimento telefônico e fornecem informações em escritórios, consultórios, hotéis, hospitais, bancos, aeroportos e outros estabelecimentos. Marcam entrevistas ou consultas e recebem clientes ou visitantes. Averiguam suas necessidades e dirigem-na ao lugar ou à pessoa que esteja procurando. Agendam serviços, reservam (hotéis e passagens) e indicam acomodações em hotéis e estabelecimentos similares. Observam normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos clientes e notificando seguranças sobre presenças estranhas. Fecham contas e estadas de clientes. Organizam informações e planejam o trabalho do cotidiano.

2.2. O serviço de recepcionista requer o ensino médio completo, exceto o recepcionista de hotel que tem como pré-requisito o ensino superior incompleto. É desejável curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula e de um a dois anos de experiência profissional para o recepcionista, em geral.

Da execução dos serviços

2.3. Controlar o acesso do público às dependências da Contratante, mediante identificação e registro e outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade atinente à função;

2.4. Executar os serviços de recepção de pessoas e de prestar informações ao público em geral;

2.5. Executar com prontidão e respeito a atendimento ao público e aos Membros/servidores da Administração, em horário e escalonamento que lhe for determinado;

2.6. Obrigatoriamente, oferecer tratamento cordial, de forma tratável por ocasião do contato com o usuário do atendimento, sem distinção;

2.7. Somente permitir a entrada de terceiros nas unidades de pessoas com identificação e cuja presença tenha sido anunciada;

2.8. Identificar cada pessoa que necessitar ter acesso às dependências dos órgãos;

2.9. Encaminhar, após identificação e anúncio, o usuário ao setor de destino;

2.10. Identificar e anunciar cada pessoa, ao telefone, antes de passar ligação telefônica externa/interna para algum ramal de membros/servidores ou, caso solicitado, antes de originar chamadas;

2.11. Comunicar ao Fiscal de Contratos qualquer distúrbio ou anormalidade verificada e solicitar a presença de segurança, caso julgue necessário;

2.12. Estar presente ao local de trabalho no horário determinado, comunicando ao Fiscal de Contrato, sempre que precisar ausentar-se por qualquer motivo;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

- 2.13. Não fumar ou lanchar, nem permitir a entrada de qualquer alimento no recinto da recepção;
- 2.14. Não fornecer informações pessoais de membros ou servidores a outrem, salvo mediante autorização; e,
- 2.15. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

3. ATRIBUIÇÕES DO COPEIRO (CBO 5134-25):

Das Condições Gerais de Exercício

- 3.1. Atendem os clientes e usuários, acolhendo-os e servindo refeições e bebidas. Montam e desmontam estações de alimentação, carrinhos, mesas, balcões e etc. Organizam, conferem e controlam materiais de trabalho, bebidas e alimentos, listas, a limpeza e higiene do local de trabalho; preparam alimentos e bebidas, realizando também serviços de vinhos.
- 3.2. Para o acesso ao trabalho nessa família ocupacional é exigido, no mínimo, o ensino fundamental incompleto e até um ano de experiência. A formação profissional ocorre com a prática no local de trabalho ou em cursos profissionalizantes.

Da execução dos serviços

- 3.3. Preparar e servir café, lavar talheres, copos e pratos com o emprego de produtos apropriados e outras tarefas da mesma natureza ou grau de complexidade atinente à função;
- 3.4. Preparação e distribuição de café, água, chá, etc., para membros, servidores e visitantes da Administração;
- 3.5. Lavagem de todos os talheres, copos, pratos, garrafas térmicas das geladeiras e demais louças;
- 3.6. Suprir as garrafas das geladeiras com água mineral fornecida pelo Contratante;
- 3.7. Limpar e lavar as geladeiras;
- 3.8. Limpar o fogão, o forno e os armários de cozinha, mantendo-os sempre em ordem;
- 3.9. Manter a limpeza e organização geral da cozinha;
- 3.10. A contratada deverá fornecer material de limpeza necessário à realização dos trabalhos, que deverá ser de primeira qualidade;
- 3.11. Executar os demais serviços relacionados com a copa; e,
- 3.12. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

4. ATRIBUIÇÕES DO JARDINEIRO (CBO 6220-10):

Das Condições Gerais de Exercício

- 4.1. Os profissionais efetuam a manutenção de jardins, ambientes, áreas verdes e etc. Plantam culturas



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

diversas, introduzindo sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal. Cuidam de propriedades rurais e urbanas. Efetuam preparo de mudas e sementes por meio da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais. Realizam tratos culturais, além de preparar o solo para plantio.

4.2. O exercício das ocupações requer ensino fundamental.

Da execução dos serviços

4.3. Manter os jardins adubados e vasos devidamente plantados;

4.4. Substituir as mudas, quando necessário;

4.5. Usar inseticidas e produtos químicos para pragas, legalmente e tecnicamente permitidos;

4.6. Manter todas as áreas de jardins sempre limpa e vistosas;

4.7. Varrer e recolher as folhas que caem das plantas e árvores, bem como quaisquer outros objetos que se encontrem sobre as áreas externas (jardins ou nos pátios);

4.8. Podar a vegetação que contorna o calçamento do estacionamento interno e calçadas externas;

4.9. Quinzenalmente, aparar e carpir a grama, com uso de máquina própria;

4.10. Mensalmente, podar as árvores de médio e grande porte;

4.11. Manter-se uniformizado e com crachá de identificação;

4.12. Sempre que necessário, respeitadas as suas especificidades, aguar algumas espécies vegetais integrantes dos jardins;

4.13. Acondicionar em local externo ao prédio o material recolhido em sacos de plástico e resistente para lixo; e,

4.14. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

5. ATRIBUIÇÕES DO CARREGADOR (CBO 783210):

Das Condições Gerais de Exercício

5.1. Os profissionais do serviço de carregador preparam cargas e descargas de mercadorias; movimentam mercadorias; entregam e coletam encomendas; manuseiam cargas especiais; reparam embalagens danificadas e controlam a qualidade dos serviços prestados. Operam equipamentos de carga e descarga; estabelecem comunicação, emitindo, recebendo e verificando mensagens, notificando e solicitando informações, autorizações e orientações de transporte, embarque e desembarque de mercadorias.

5.2. O exercício das ocupações requer ensino fundamental.

Da execução dos serviços



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

- 5.3. Reparar e movimentar cargas e descargas de mercadorias em caminhões ou qualquer outro veículo de carga;
- 5.4. Movimentar mercadorias, mobiliários e processos;
- 5.5. Entregar e coletar encomendas e equipamentos;
- 5.6. Manusear cargas especiais;
- 5.7. Reparar embalagens danificadas e controlar a qualidade dos serviços prestados;
- 5.8. Movimentar e/ou transportar mobiliários, processos e equipamentos em geral, interna e externamente, quando necessário;
- 5.9. Acomodar mercadorias no almoxarifado ou local devidamente instruído pela contratante por ocasião de sua entrega;
- 5.10. Conferir notas fiscais; e,
- 5.11. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

6. DOS SERVIÇOS DE ARTÍFICE DE MANUTENÇÃO (CBO 9143-05):

Das Condições Gerais de Exercício

- 6.1. Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente
- 6.2. Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.

Da execução dos serviços

- 6.3. Montagem e desmontagem de divisórias, prateleiras, móveis, estofados, utensílios, equipamentos em geral e qualquer outra peça, limpando-as e armando-as de acordo com instruções;
- 6.4. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro, de malha, de enrolar, pantográfica, de correr e outros similares;
- 6.5. Informar aos responsáveis pelo setor de logística da contratante as irregularidades encontradas nas instalações e dependências de trabalho;
- 6.6. Desentupir ralos, pias, vasos sanitários, esgotos e serviços relacionados; e,
- 6.7. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade;

7. ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR/ENCARREGADO (CBO 7102-05):



Das Condições Gerais de Exercício

7.1. Supervisionam equipes de trabalhadores, elaboram documentação técnica e controlam recursos produtivos (materiais, equipamentos, insumos e equipes de trabalho). Controlam padrões produtivos tais como inspeção da qualidade, orientação sobre especificação, fluxo e movimentação dos materiais supervisionam as medidas de segurança dos locais e equipamentos, administram o cronograma da prestação do serviço etc.

7.2. Para o supervisor requer-se no mínimo ensino técnico de nível médio.

Da execução dos serviços

7.3. Supervisionar, coordenar e orientar os serviços dos demais prestadores, zelando pelo cumprimento dos prazos e pela qualidade dos serviços;

7.4. Distribuir tarefas aos prestadores, responsabilizando-se pelo cumprimento das mesmas;

7.5. Efetuar os pedidos de materiais e recebimento, junto com o Fiscal do Contrato;

7.6. Controlar o consumo dos materiais, bem como manter os estoques em níveis adequados para a continuidade da execução dos serviços;

7.7. Autorizar, junto ao depósito, a distribuição de materiais de limpeza, conservação, dentre outros;

7.8. Proceder à revisão diária dos serviços executados;

7.9. Controlar a pontualidade e assiduidade dos prestadores de serviço;

7.10. Comunicar à Contratante, por escrito, quaisquer irregularidades no tocante à execução dos serviços e/ou outras ocorrências;

7.11. Zelar pela disciplina e apresentação pessoal dos funcionários;

7.12. Receber e emitir documentos;

7.13. Encaminhar ao Fiscal de Contrato, as Notas Fiscais dos materiais e equipamentos entregues para o uso em todas as dependências, previstas em contrato;

7.14. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada;

7.15. Esclarecer, quando solicitado pelo Fiscal de Contrato, qualquer dúvida com relação a assunto inerente à execução do Contrato; e,

7.16. Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

APÊNDICE 2 DO TERMO DE REFERÊNCIA
Materiais, Equipamentos e Uniformes

1. MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS POR POSTO DE SERVIÇO:

1.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Apêndice 2 deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário, conforme dados abaixo:

a) POSTO DE AUXILIAR DE LIMPEZA

MATERIAIS DE LIMPEZA PARA UM POSTO DE SERVIÇO AUXILIAR DE LIMPEZA (MENSAL)					
Item	Unid.	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1.	Cx.	ÁGUA SANITÁRIA, a base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2.0 a 2.5%. Embalagem: 1.000ml, Caixa com 12 unid.	1	R\$ 45,90	R\$ 45,90
2.	Cx.	AROMATIZADOR DE AMBIENTE EM AEROSOL. Embalagem: 400 ml, caixa com 12 unid.	1/2	R\$ 167,40	R\$ 83,70
3.	Cx.	DESINFETANTE LÍQUIDO MULTIUSO. Embalagem: 500 ml, caixa com 12 unid.	1	R\$ 60,48	R\$ 60,48
4.	Cx.	DESODORANTE SANITÁRIO. Pedra sanitária de 35 gr, com suporte plástico, fragrância de lavanda ou floral. Embalagem: caixa com 12 unid.	1	R\$ 40,80	R\$ 40,80
5.	Unid.	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO, aplicação e remoção de gorduras de louças, concentrado. Embalagem: 500ml.	12	R\$ 2,40	R\$ 28,80
6.	Unid.	ESPONJA MULTIUSO - Dupla face com base de fibra sintética, com material abrasivo, para limpeza pesada e face de espuma de poliuretano para limpeza delicada, medindo 110mm x 75mm x 20mm.	5	R\$ 1,95	R\$ 9,75
7.	Unid.	FLANELA - 100% algodão, textura macia com tamanho de 60cm x 40 cm, cor: laranja, cantos arredondados e acabamento nas bordas.	4	R\$ 2,99	R\$ 11,96
8.	Und.	INSETICIDA - tipo aerossol, inodoro, a base de água, para moscas, mosquitos e baratas, capacidade 300ml. caixa com 12 unid.	1/2	R\$ 202,56	R\$ 101,28
9.	Cx.	LIMPA VIDRO - Limpador de vidros com pulverizador em gatilho que contenha em sua fórmula lauril éter e sulfato de sódio. Embalagem: 500 ml, caixa com 12 unid.	1/2	R\$ 129,48	R\$ 64,74
10.	Und.	LIMPADOR MULTIUSO - eficiente em limpezas pesadas. Embalagem: 500 ml.	6	R\$ 6,89	R\$ 41,34



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

11.	Und.	LUSTRA MÓVEIS - com base de cera e silicone, aroma lavanda, aplicação: móveis e superfícies lisas. Embalagem: 500ml.	2	R\$ 13,90	R\$ 27,80
12.	Unid.	PANO DE CHÃO – saco confeccionado em 100% de algodão cru com tamanho de 55 cm x 80cm.	6	R\$ 6,69	R\$ 40,14
13.	Und.	SABÃO EM BARRA de 200g para limpeza em geral.	5	R\$ 2,50	R\$ 12,50
14.	Und.	SABÃO EM PÓ - Tipo detergente biodegradável, tenso ativo aniônico, Embalagem: pacote de 500g.	2	R\$ 6,33	R\$ 12,66
15.	Pact.	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, capacidade de 200 litros, em polietileno, na cor preta, com espessura de 12 micras. Embalagem: 1 unidades/pacotes.	1	R\$ 26,20	R\$ 26,20
16.	Pact.	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, capacidade de 100 litros, em polietileno, na cor preta, com espessura de 12 micras, com largura de 75cm e altura 105cm. Embalagem: 10 unidades/pacotes.	5	R\$ 13,71	R\$ 68,55
17.	Pact.	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, capacidade de 30 litros, em polietileno, na cor preta, com espessura de 10 micras, com largura de 59cm e altura de 62cm. Embalagem: 10 unidades/pacotes.	10	R\$ 4,87	R\$ 48,70
18.	Pact.	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, capacidade de 50 litros em polietileno, na cor preta, com espessura de 12 micras, com largura de 63cm e altura de 80cm. Embalagem: 10 unidades/pacotes.	10	R\$ 6,75	R\$ 67,50
19.	Pact.	SACO PLÁSTICO PARA LIXO - capacidade de 15 litros, em polietileno, na cor preta, com espessura de 10 micras. Embalagem: 10 unidades/pacotes	5	R\$ 3,56	R\$ 17,80
20.	Und.	ÁCIDO MURIÁTICO. Embalagem: Galão 5L (cloro ativo).	1	R\$ 76,24	R\$ 76,24
21.	Cx.	ÁLCOOL LÍQUIDO 70%. Embalagem: frasco 1l / caixa 12 unid.	1/2	R\$ 142,80	R\$ 71,40
22.	Cx.	ÁLCOOL GEL 70%. Embalagem: frasco 500ml / caixa 12 unid.	1/2	R\$ 119,88	R\$ 59,94
23.	Unid.	VASSOURA. Material: cerdas piaçava, cabo em madeira plastificada, cepa em madeira, com 20 cm de comprimento mínimo de 9 cm. Cabo rosqueado.	2	R\$ 14,89	R\$ 29,78
24.	Unid.	VASSOURINHA para limpar vaso com suporte.	1	R\$ 8,50	R\$ 8,50
25.	Cx.	GUARDANAPO, papel absorvente, folha dupla, macio, tipo especial, cor branca, com 04 dobras, dimensões: 33 cm x 32 cm, 100% fibras naturais. Embalagem: pacote 50 unid. / caixa 36 unid.	1/2	R\$ 248,40	R\$ 124,20
26.	Pct	PAPEL HIGIÊNICO, material celulose virgem, neutro, tam. 10cm x30m. Tipo picotado, folhas duplas, cor branca. Embalagem: pacote c/ 12 unid.	1	R\$ 19,50	R\$ 19,50
27.	Fardo	PAPEL TOALHA, em 2 dobras, branco interfolhado, tam. 20x21cm, com folhas 100% celulose virgem. Embalagem: fardo 1000 unid (4 Pt x 250 Fls).	2 e 1/2	R\$ 17,20	R\$ 43,00
28.	Fardo	PAPEL TOALHA em rolo, folha dupla picotada, 100% celulose, cor branco neve, com alta absorção,	2 e 1/2	R\$ 70,80	R\$ 177,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

		não reciclado. Embalagem: fardo 12 embalagens (02 rolos / embalagem).			
29.	Fardo	PAPEL TOALHA EM BOBINA, medindo 20 cm largura x 300 m, 100% celulose virgem, folha simples branca, gofrado, gramatura mínima 34g/m², alta qualidade e maior resistência. Fardo/Caixa com 6 unidades.	2 e 1/2	R\$ 270,00	R\$ 675,00
30.	Bomba	SABONETE LÍQUIDO. perfume Erva Doce ou outros perolizado. Embalagem: frasco 5 litros.	1	R\$ 37,50	R\$ 37,50
31.	Fardo	PAPEL HIGIÊNICO BOBINA, folha simples 100% Celulose Embalagem: 8 rolos de 300m / fardo	2	R\$ 126,80	R\$ 253,60
32.	Pct	LÃ DE AÇO. Esponja de aço para limpeza de superfícies com sujeiras difíceis e polimento de objetos de alumínio. Pacote com 8 unidades.	1	R\$ 2,90	R\$ 2,90
33.	Unid.	REFIL para MOP Giratório Fit - Flashlimp	2	R\$ 15,90	R\$ 31,80
34.	Unid.	VASELINA LÍQUIDA (1000 ml): Vaselina líquida para proteção, lubrificação, limpeza e brilho. Frasco de 1 lt. Apresentar fispq atualizada.	2	R\$ 24,50	R\$ 49,00
35.	KG	NAFTALINA, 1kg.	1	R\$ 44,80	R\$ 44,80
36.	Unid.	SAPONÁCEO CREMOSO. Saponáceo com detergente, Floral, embalagem de 300 gramas.	2	R\$ 8,25	R\$ 16,50
37.	Pct	PANO MULTIUSO tipo PERFEX, 95% de fibra de viscose, de 5% fibra de poliéster, resina acrílica, corante e agente bacteriostático PACOTE COM 5 UNIDADES.	2	R\$ 5,85	R\$ 11,70
38.	Unid.	LIMPA ALUMINIO LIQUIDO - frasco 500ml.	2	R\$ 5,80	R\$ 11,60
39.	Bomba	DETERGENTE CONCENTRADO NEUTRO de 5 litros é um produto de limpeza versátil e eficaz, especialmente formulado para a remoção de sujeiras e gorduras em diferentes superfícies.	1	R\$ 29,40	R\$ 29,40
TOTAL					R\$ 2.583,96

UTENSÍLIOS DE LIMPEZA PARA 01 (um) POSTO DE AUXILIAR DE LIMPEZA (TRIMESTRAL)					
Item	Und.	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	ESCOVA DE MÃO, cerdas nylon, empunhadura de plástico ou madeira.	6	R\$ 3,31	R\$ 19,86
2	Unid.	ESCOVÃO, material plástico para limpeza em geral, cerdas e suporte plástico, e cabo com cerca de 30 cm.	3	R\$ 20,92	R\$ 62,76
3	Unid.	RODO PLÁSTICO, rodo 40 cm, com borracha dupla, base em polipropileno 300mm, cabo rosqueável 1200mm.	4	R\$ 15,23	R\$ 60,92
4	Unid.	RODO PLÁSTICO, rodo 60 cm, com borracha dupla, base em polipropileno 300mm, cabo rosqueável 1200mm.	2	R\$ 31,90	R\$ 63,80
5	Unid.	PÁ COLETORA DE LIXO, material coletor em plástico injetado, cabo: madeira plastificada. Comprimento do cabo: 100cm, com borracha na ponta.	3	R\$ 31,80	R\$ 95,40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

6	Unid.	DESENTUPIDOR PARA VASO SANITÁRIO, manual, com ventosa de borracha resistente, com 175mm de diâmetro aproximadamente, cabo longo (50cm aproximadamente), em madeira ou PVC, formato para perfeito encaixe, grande poder de sucção.	1	R\$ 12,10	R\$ 12,10
TOTAL					R\$ 314,84

UTENSÍLIOS DE LIMPEZA PARA 01 (um) POSTO DE AUXILIAR DE LIMPEZA (SEMESTRAL)					
Item	Unid.	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	BALDE plástico reforçado preto, 12 litros.	3	R\$ 17,90	R\$ 53,70
2	Unid.	ESPANADOR sintético cabo longo.	3	R\$ 21,98	R\$ 65,94
3	Unid.	LIXEIRA PLÁSTICA com tampa e pedal, plástico reforçado, capacidade 30 litros, para banheiros.	5	R\$ 64,30	R\$ 321,50
4	Unid.	LIXEIRA PLÁSTICA, sem tampa, capacidade de 12 litros em polietileno preta, formato cilíndrico, sem soldas ou emendas, em cores, preta.	10	R\$ 22,50	R\$ 225,00
5	Unid.	MOP giratório Flash Limp Fit MOP5011 com Balde. 3 em 1. Capacidade máxima 8 litros, com troca de refis.	2	R\$ 85,00	R\$ 170,00
6	Unid.	VASSOURA de pelo 40 Cm.	3	R\$ 30,01	R\$ 90,03
7	Unid.	Borrifador, 500ml	1	R\$ 10,68	R\$ 10,68
8	Unid.	DISPENSER SUPORTE PORTA PAPEL HIGIENICO. Rolao 300/500 Metros Peso aproximado: 570g, Medidas (CxAxL): 12,5cm x 31,5cm x 29,50cm, Composição: Polipropileno, Botão para abertura manual, Visor para acompanhamento do nível do pape	4	R\$ 41,50	R\$ 166,00
9	Unid.	DISPENSER TOALHEIRO PAPEL TOALHA Bobina 100 a 400m, Auto Corte.	2	R\$ 315,00	R\$ 630,00
TOTAL					R\$ 1.732,85
Obs: Os itens 8 e 9 para os órgãos que não possuem dispense para rolo grande.					

EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA PARA OS SERVIÇOS DE AUXILIAR DE LIMPEZA NA IMPLANTAÇÃO (Por local de prestação do serviço conforme demanda do órgão contratante, Anual.)					
Item	Unid.	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	ASPIRADOR INDUSTRIAL DE PÓ ultra silencioso 57db, cap. do tanque: 15 litros; vácuo de pressão: 2600 mmH2O; potência: 1100 W; qtde de motores: 1; Aspiração m3/hora: 200; Peso: 11 Kg	1	R\$ 2.185,00	R\$ 2.185,00
2	Unid.	ESCADA de 7 degraus	1	R\$ 320,00	R\$ 320,00
3	Unid.	EXTENSÃO elétrica de 30m	1	R\$ 135,00	R\$ 135,00
4	Unid.	LAVADORA de alta pressão profissional de 2500Lbs, 1800W	1	R\$ 2.999,90	R\$ 2.999,90



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

5	Unid.	MANGUEIRA ¾" de 30m c/ bico adaptador na torneira	1	R\$ 194,80	R\$ 194,80
6	Unid.	PLACA sinalizadora de piso molhado	8	R\$ 38,50	R\$ 308,00
7	Unid.	RODO limpa vidros telescópico, com cabo extensor de 3.10m	2	R\$ 83,14	R\$ 166,28
8	Und.	ROÇADEIRA profissional a gasolina, com especificações mínimas de: 40 cilindradas, potência de 2,7cv, rotação lenta de 2,80 rpm, rotação máxima de 12,3 rpm, peso de 73, kg sem combustível, ferramenta de corte e proteção, capacidade mínima no tanque de 640ml, sinto de suporte duplo, kit chaves para roçadeira.	1	R\$ 1.656,85	R\$ 1.656,85
9	Und.	ENCERADEIRA - Polidora e limpadora de piso elétrica com especificações mínimas de: rotação 175rpm da escova, motor de 075hp, tensão 110v (preferencial bivolt).	1	R\$ 2.516,72	R\$ 2.516,72
TOTAL					R\$ 10.482,55

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA 01 (UM) POSTO DE AUXILIAR DE LIMPEZA					
Item	Unid.	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Cx.	MÁSCARA DE PROTEÇÃO, descartável, com respirador semifacial tipo concha em fibra sintética para proteção contra partículas, poeiras e névoas classe PFF-1, com elástico entrelaçado em presilhas para ajuste da peça. Embalagem: 100 unid. / caixa (MENSAL).	1/2	R\$ 148,00	R\$ 74,00
2	Unid.	LUVAS DE PROTEÇÃO, em látex com forro em algodão e anatômica para proteção contra agentes químicos e mecânicos. Embalagem: unitária com um par de luva (M azul e amarelo) (MENSAL)	2	R\$ 5,20	R\$ 10,40
3	Unid.	LUVAS DE PROTEÇÃO, em látex com forro em algodão e anatômica para proteção contra agentes químicos e mecânicos. Embalagem: unitária com um par de luva (G azul e amarelo) (MENSAL)	2	R\$ 5,45	R\$ 10,90
4	Und.	PROTETORES AURICULARES, do tipo inserção. Composto de um eixo com três flanges de dimensões variáveis, para diversos tamanhos de canal auditivo, fabricado em silicone, comprimento único com cordão de algodão.	1	R\$ 1,15	R\$ 1,15
5	Und.	ÓCULOS DE PROTEÇÃO, com lentes em policarbonato, com UV e apoio nasal injetado na mesma peça, com haste tipo espátula e regulagem de ajuste de tamanho com 4 níveis.	1	R\$ 9,20	R\$ 9,20
6	Par	PAR DE LUVA malha pigmentada: branca/preta com pigmentos pretos de PVC na palma e dedos, 4 fios, punho com elástico	2	R\$ 2,95	R\$ 5,90
TOTAL					R\$ 111,55

Obs: *Os itens desta tabela deverão ser entregues no ato da implantação, contudo, podem ser solicitados novamente visto que se tratam equipamentos de consumo, passíveis a deterioração.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

b) POSTO DE COPEIRO

MATERIAIS E UTENSÍLIOS PARA O POSTO DE COPEIRO (ESTIMATIVA MENSAL)						
Item	Descrição dos itens	Marca/ Similar	Unid.	Qtd. Mensal	Valor Unitário	Valor Total
1	Limpador de uso geral (multiuso), tubo com 500 ml. Utilizado para limpeza de azulejos, plásticos e esmaltados, fogões e superfícies laváveis. Indicado para remover gorduras, fuligem, poeira, marcas de dedos e saltos, riscos de lápis. Aroma campestre. Sem presença de amônia na composição. Acondicionadas em embalagens de papelão devidamente identificadas.	Veja	FRC	3	R\$ 6,25	R\$ 18,75
2	Sabão em barra, de glicerina, 500g. Embalado em saco plástico. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Ypê	BRR	1	R\$ 11,90	R\$ 11,90
3	Toalhas de papel, rolo com 60 toalhas de 21,0cm x 20,0cm cada.	Mili	ROL	4	R\$ 3,65	R\$ 14,60
4	Sabonete líquido, aspecto físico viscoso, com fragrância de coco ou erva-doce. Aplicação: para higienização e hidratação da pele. Frasco de 5 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Naturals	FRC	1	R\$ 37,50	R\$ 37,50
5	Detergente líquido concentrado, composto de tensoativos aniônicos, coadjuvantes, preservantes componente ativo linear alquibenzeno sulfonato de sódio. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma natural, com tensoativos biodegradável. Frasco de 500 ml, acondicionado em caixa de papelão, devidamente identificadas.	Ypê	FRC	3	R\$ 2,80	R\$ 8,40
6	Pano p/ limpeza de chão tipo saco alvejado.	Esfregão	UND	4	R\$ 5,15	R\$ 20,60
7	Esponja de limpeza, material lã aço fina, abrasividade mínima, aplicação utensílio de alumínio, pacote com 8 unidades. Lã de aço p/ louça.	Bombril	PCT	1	R\$ 3,15	R\$ 3,15
8	Esponja de louça dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110x75x23mm, abrasividade média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo 36	Scotch Brite	UND	2	R\$ 2,45	R\$ 4,90



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

9	Luvras de borracha, material látex natural 100%, com certificado de Avaliação do Ministério do Trabalho, tamanho médio, cor amarela, características adicionais: aveludada internamente e antiderrapante, uso doméstico.	Sanro	PAR	1	R\$ 4,95	R\$ 4,95
10	Luvras de borracha, material látex natural 100%, com certificado de Avaliação do Ministério do Trabalho, tamanho grande, cor amarela, características adicionais: aveludada internamente e antiderrapante, uso doméstico.	Sanro	PAR	1	R\$ 5,12	R\$ 5,12
11	Saco de lixo em plástico - polietileno de alta densidade, p/ 30l, pacote c/ 10 und.	Zupp	PCT	5	R\$ 4,75	R\$ 23,75
12	Saco de lixo em plástico - polietileno de alta densidade, p/ 50l, pacote c/ 10 und.	Zupp	PCT	4	R\$ 5,80	R\$ 23,20
13	Saco de lixo em plástico - polietileno de alta densidade, p/ 100l, pacote c/ 05 und.	Zupp	PCT	6	R\$ 6,15	R\$ 36,90
Total						R\$ 213,72

c) POSTO DE JARDINEIRO

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O POSTO DE JARDINEIRO (ESTIMATIVA ANUAL)						
Item	Descrição dos itens	Marca/Similar	Unid.	Qtd. Anual	Valor Unitário	Valor Total
1	Carrinho de mão	Maestro	Und.	1	R\$ 145,50	R\$ 145,50
2	Luvras para jardinagem	Green	Und.	4	R\$ 14,20	R\$ 56,80
3	Saco de jardim, pacote com 5 peças.	Comsac	Pct.	2	R\$ 19,50	R\$ 39,00
4	Mangueira, 20 m	Tramontina	Und.	1	R\$ 88,50	R\$ 88,50
5	Pulverizador manual de compressão prévia capacidade 2 litros	Tramontina	Und.	3	R\$ 43,20	R\$ 129,60
6	Regador, de plástico, de 10L.	Nove 54	Und.	2	R\$ 26,80	R\$ 53,60
7	Tesouras de podar	Tramontina	Und.	2	R\$ 59,90	R\$ 119,80
8	Pá para transplantar	Trapp	Und.	2	R\$ 17,30	R\$ 34,60
Valor Total Anual Estimado						R\$ 667,40

d) POSTO DE ARTÍFICE

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O POSTO DE ARTÍFICE (ESTIMATIVA ANUAL)					
Item	Descrição	Unid.	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor Total



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

				Anual	Anual
1	Caixa de Ferramenta em aço, tipo sanfonada com 5 gavetas, dimensões de 40x20x21 cm - Tramontina ou similar	Unid.	1	R\$ 168,40	R\$ 168,40
2	Alicate universal em aço, combinada, com isolador de 8" - Gedore ou similar, até 1000w	Unid.	1	R\$ 104,20	R\$ 104,20
3	Kit de chave de fenda Phillips com 12 unidades cada.	Unid.	1	R\$ 212,40	R\$ 212,40
4	Martelo de unha médio (cabo de madeira) bola 500g - Gedore ou similar	Unid.	1	R\$ 78,70	R\$ 78,70
5	Chave para tubos-modelo americana - cabeça e castanha em aço-liga e alta resistência mecânica, cabo em ferro fundido modular, modelo especial para trabalhos pesados com mordente	Unid.	1	R\$ 119,00	R\$ 119,00
6	Kit de chave combinada de 06 a 17 mm.	Unid.	1	R\$ 125,50	R\$ 125,50
7	Alicate de Pressão de 10" - Gedore ou similar.	Unid.	1	R\$ 84,00	R\$ 84,00
8	KIT de chave L. 1,5; 2; 2,5; 3; 4; 5; 6; 8; e 10 mm - Gedore ou similar	Unid.	1	R\$ 74,50	R\$ 74,50
9	Chave inglesa em aço polido de 1" Gedore ou similar	Unid.	1	R\$ 118,40	R\$ 118,40
10	Serrote 18"	Unid.	1	R\$ 52,00	R\$ 52,00
11	Arco de serra 12"	Unid.	1	R\$ 54,30	R\$ 54,30
12	Lâmina de serra manual	Unid.	4	R\$ 7,80	R\$ 31,20
13	Kit tarracha 12 peças	Unid.	1	R\$ 345,00	R\$ 345,00
14	Trena de 7,5 m, fita em aço Tramontina ou similar	Unid.	1	R\$ 34,50	R\$ 34,50
15	Talhadeira em aço especial – com proteção de borracha e lâmina de 02cm - Gedore ou similar	Unid.	1	R\$ 68,00	R\$ 68,00
16	Furadeira/parafusadeira de 24w.	Unid.	1	R\$ 645,00	R\$ 645,00
17	Colher de pedreiro – 10, canto reto, em aço forjado, cabo de madeira.	Und.	1	R\$ 42,50	R\$ 42,50
18	Pá de bico, com cabo de madeira 71cm	Und.	1	R\$ 58,00	R\$ 58,00
19	Carrinho de mão, do tipo caçamba, metálica, rasa redonda, 50 litros	Und.	1	R\$ 145,50	R\$ 145,50
Valor Total					R\$ 2.561,10

A Contratada deverá ainda manter nas dependências dos órgãos e entidades contratantes, a seguinte Relação mínima de equipamentos e utensílios, conforme a necessidade do posto:

Descrição do Material	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Escala de aço, tipo cavalete com 06 (seis) degraus	Und	1	R\$ 219,00	R\$ 219,00
Enceradeira industrial e acessórios	Und	1	R\$ 2.675,00	R\$ 2.675,00
Aspirador de pó industrial e acessórios	Und	1	R\$ 2.455,00	R\$ 2.455,00
Máquina jato de água alta pressão	Und	1	R\$ 2.999,90	R\$ 2.999,90
Mangueiras de plástico de 20 (vinte) metros	Und	1	R\$ 88,50	R\$ 88,50
Baldes de 20 (vinte) litros	Und	12	R\$ 24,80	R\$ 297,60
Cestos/baldes lixeira de 15 e 30 litros	Und	10	R\$ 44,50	R\$ 222,50
Cestos de lixo em polímeros para utilização em área externa.	Und	10	R\$ 79,20	R\$ 396,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Carros para transporte de material de limpeza	Und	1	R\$ 92,00	R\$ 920,00
Placas de sinalização de piso molhado/escorregadio	Und	10	R\$ 720,00	R\$ 720,00
Porta papel toalhas para os banheiros	Und	10	R\$ 38,50	R\$ 385,00
Pá para lixo, em plástico, tamanho médio, cabo de 75 cm, revestido de plástico.	Und	1	R\$ 315,00	R\$ 3.150,00
Mop Úmido—Descrição do kit: 01 balde com espremedor 12 litros, 01 Mop algodão 190g, cabo em alumínio leve—dimensões: 147,3 X 4,1 X 4,1 cm.	Conj.	1	R\$ 25,30	R\$ 25,30
Pá com cabo, conforme contratação	Und	2	R\$ 218,50	R\$ 218,50
Tesoura p/ jardim, conforme contratação	Und	2	R\$ 58,00	R\$ 116,00
Cortador de grama, conforme contratação	Und	1	R\$ 59,90	R\$ 119,80
Valor Total				R\$15.793,10

1.2. A relação acima se refere ao mínimo necessário para a realização dos serviços, entretanto, qualquer outro equipamento necessário e/ou acréscimo nos quantitativos relacionados deverá ser fornecido pela Contratada sem ônus adicionais para a Contratante.

1.3. Todos os produtos relacionados neste Apêndice deverão ser de primeira qualidade e sujeito à prévia aprovação do Órgão ou Entidade CONTRATANTE, devendo ser entregue no local indicado pelo CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, conforme o estoque mínimo exigido.

1.4. A descrição de marca de produto de limpeza e higienização destina-se meramente a referenciar aspectos de qualidade e produtividade.

1.5. Entende-se como similar o produto de outra marca que possua qualidades iguais ou superiores aos referenciados. Sua adoção, contudo, deverá ser precedida de testes comprobatórios de adequação pelo setor responsável pela fiscalização do contrato.

1.6. Nas Planilhas de Custos de Materiais, Equipamentos e Uniformes, do Apêndice 2 do Termo de Referência, acerca do consumo estimado de **materiais de limpeza para um posto de serviço**, será verificado o seguinte:

- a) A existência de saldos que poderão implicar redução equivalente no valor da fatura.
- b) Em casos extremos, quando o Órgão ou Entidade contratante realizar atendimento ao público externo, os quantitativos de materiais, acima listados, poderão ser acrescidos, respeitado o limite previsto na legislação vigente.
- c) Os casos acima expostos devem ser precedidos de despacho fundamentado do fiscal do contrato, devidamente ratificado pelo ordenador de despesa do Órgão.
- d) O despacho anteriormente citado, depois de ratificado pelo ordenador de despesa, deverá ser encaminhado à SEPLAD para adoção dos procedimentos de liberação do Pedido de Realização



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

de Despesa e/ou outros necessários.

1.7. Os produtos encaminhados deverão estar acompanhados das notas fiscais correspondentes ou relação, as quais deverão ser recebidas e conferidas pelo setor responsável pela fiscalização.

1.8. Os materiais de limpeza, constantes deste Termo de Referência, serão faturados por medição, ou seja, será efetuado o pagamento conforme o quantitativo consumido no mês, após conferência do setor responsável pela fiscalização do contrato.

1.9. Os valores dos materiais acima foram obtidos através de pesquisa de preços realizada no **Banco referencial de Preços do SIMAS**.

1.10. Os preços constantes na tabela acima devem ser utilizados como referência, quando da elaboração da Planilha de Custos e Formação dos Preços, contudo, os licitantes poderão, por sua conta e risco, ofertar preços inferiores aos estimados para os materiais, desde que isso não afete a qualidade e quantidade dos produtos ofertados.

1.11. Sempre que solicitado, a Contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, amostras dos produtos de limpeza utilizados na prestação dos serviços contínuos.

1.12. A Contratada deverá manter em estoque nas dependências dos órgãos e entidades em que presta o serviço, quantidade de material de consumo para 30 (trinta) dias de serviços. Contudo, caso não haja espaço para armazenamento dos materiais, prazo inferior poderá ser acordado entre as partes.

2. DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI'S

2.1. Deverão ser fornecidos pela contratada os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's para cada posto de trabalho, conforme ordena a legislação vigente, sendo estes ditos essenciais à integridade física do trabalhador, não sendo permitida sua ausência na execução dos serviços, sob pena da contratada sofrer as sanções determinadas no Edital.

2.2. Os EPI's deverão ser efetivamente utilizados, quando de situações que necessitem de seu uso, ficando a contratada responsável pela orientação da correta utilização dos equipamentos, bem como o Fiscal do Contrato de cobrar a utilização e o fornecimento dos mesmos.

2.3. Todos os EPI's a serem utilizados no serviço deverão estar de acordo com o disposto na NR 6 Equipamento de Proteção Individual - EPI e possuir Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho, conforme legislação em vigor.

2.4. Todo e qualquer empregado que se recuse a utilizar os EPI's nos serviços objeto deste Termo de Referência, nas condições do item anterior, deverá ser substituído no prazo de 24h (vinte e quatro) horas, sendo considerada a sua atitude como inconveniente, imprudente e perigosa.

2.5. Os EPI's deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante, sempre que necessário, seja por



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

desgaste natural ou defeito que impossibilite sua perfeita utilização, ou por extravio, ficando a contratada responsável pela guarda dos mesmos.

2.6. Os itens das Tabelas de EPI's constantes neste documento deverão ser entregues no ato da implantação dos serviços, contudo, podem ser solicitados novamente quando necessário, considerando que se tratam equipamentos de consumo, passíveis a deterioração, quebras, desgastes etc.

3. DOS UNIFORMES

3.1. A contratada deverá fornecer uniformes completos para os empregados de cada categoria profissional, sendo que a entrega dos primeiros conjuntos de uniforme deverá ocorrer **até 05 (cinco) dias** antes do início da execução dos serviços e, posteriormente, a cada 06 (seis) meses, considerando a data inicial do Contrato, conforme especificações constante no Apêndice 2, do Termo de Referência, ou a qualquer momento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que não atenderem às condições mínimas de apresentação, mediante solicitação escrita da CONTRATANTE.

3.2. Os uniformes deverão ser entregues ao funcionário, mediante recibo, cuja cópia deverá ser entregue à CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias antes do início da execução dos serviços.

3.3. A CONTRATADA deverá apresentar o modelo de seu uniforme, ao órgão e entidade CONTRATANTE, atendendo o quantitativo apresentado que foi definido de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

3.4. O uniforme está sujeito à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, poderá ser substituído caso não corresponda às especificações indicadas neste item.

3.5. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações do uniforme, quanto ao tecido, à cor e ao modelo, desde que aceitas pela Administração.

3.6. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.

3.7. No caso de desgaste prematuro, a empresa deverá substituir os uniformes imediatamente.

3.8. A CONTRATADA não poderá exigir do funcionário o uniforme usado, quando da entrega dos novos ou do término da vigência contratual.

3.9. Para as funcionárias que encontrarem-se em estado de gestação, a CONTRATADA deverá providenciar uniforme adequado até o 9º mês de gravidez.

3.10. O custo com uniformes e equipamentos não poderá ser repassado aos profissionais, podendo ser solicitada a sua devolução no fim do Contrato.

3.11. Os uniformes, de todas as categorias, deverão conter o emblema da CONTRATADA, de forma visível, preferencialmente, na própria camisa.

3.12. Os prestadores de serviços lotados nos órgãos abrangidos por este Termo de Referência deverão



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

comparecer devidamente uniformizados no local de trabalho, cabendo à empresa contratada o fornecimento dos respectivos uniformes (conjunto), de seis em seis meses, após aprovação da fiscalização do contrato.

3.13. Os uniformes deverão ser confeccionados em tecidos laváveis, transpiráveis, resistentes, com boa solidez ao cloro e à luz, baixo percentual de encolhimento e desbote e, ainda, deverão conter o logotipo da empresa, o qual deverá guardar harmonia com a descrição e a boa estética.

3.14. A empresa deverá fornecer a todos os seus empregados **no mínimo dois (2) conjuntos de uniformes por semestre**, de boa qualidade, que deverão atender às seguintes especificações:

UNIFORMES PARA AUXILIAR DE LIMPEZA, JARDINEIRO, CARREGADOR (FEMININO E MASCULINO)				
Tipo	Quantidade Semestral	Especificações	Valor Unitário	Valor Total Semestral
Camisa	2	Camisa confeccionada em poliviscose (poliéster 67%, viscose 33%), mangas curtas, com gola redonda tipo flamel com largura do viés de 2,5mm, na cor usual e com emblema da empresa pintado.	R\$ 37,99	R\$ 75,98
Calça	2	Calça confeccionada em tecido do tipo brim, na cor usual da empresa.	R\$ 71,78	R\$ 143,56
Par de sapatos	2	Calçado ocupacional atendendo as exigências das normas de segurança do trabalho, sem ponteira e confortável.	R\$ 55,00	R\$ 110,00
Par de botas	1	Bota em PVC, atendendo as normas de segurança do trabalho	R\$ 63,23	R\$ 63,23
Par de meias	5	Meias de tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elastano, cor preta, de boa qualidade, marca Lupo ou similar.	R\$ 8,29	R\$ 41,45
Crachá	1	Crachá completo em PVC, impresso frente color com cordão e porta crachá.	R\$ 24,04	R\$ 24,04
Valor Total Semestral (para cada posto de serviço)				R\$ 458,26

UNIFORMES PARA POSTO ARTÍFICE (FEMININO E MASCULINO)			Valor Unitário	Valor Total Semestral
Camisa	2	Camisa confeccionada em poliviscose (poliéster 67%, viscose 33%), mangas curtas, com gola redonda tipo flamel com largura do viés de 2,5mm, na cor usual e com emblema da empresa pintado.	R\$ 37,99	R\$ 75,98
Calça	2	Calça confeccionada em tecido do tipo brim, na cor usual da empresa.	R\$ 71,78	R\$ 143,56
Par de botina	2	Botina de segurança, couro básico, cor preto, modelo unissex.	R\$ 81,30	R\$ 162,60
Par de meias	5	Tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elastano, cor preta, de boa qualidade, marca Lupo	R\$ 8,29	R\$ 41,45



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

		ou similar.		
Crachá	1	Crachá completo em PVC, impresso frente color com cordão e porta crachá.	R\$ 24,04	R\$ 24,04
Valor Total Semestral (para cada posto de serviço)				R\$ 447,63

UNIFORMES PARA POSTO DE RECEPCIONISTA E SUPERVISOR/ENCARREGADO (MASCULINO)			Valor Unitário	Valor Total Semestral
Blazer	2	Na cor preta, em tecido tipo microfibra ou tiwei, com paletó forrado internamente, inclusive na manga, de boa qualidade, emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo, com 02 bolsos inferiores.	R\$ 229,54	R\$ 459,08
Calça	2	Calça esporte fino, com zíper, na cor preta.	R\$ 94,16	R\$ 188,32
Camisa social	2	Estilo social em tecido, gola com entretela, tricoline e 100% algodão, na cor branca ou pérola, ou na cor que o órgão escolher com botões nos punhos e emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo.	R\$ 86,65	R\$ 173,30
Par de sapatos	2	Tipo esporte fino, com cadarço, de couro, solado de borracha, cor preto de boa qualidade. Marca Francoop, ou similar.	R\$ 105,69	R\$ 211,38
Par de meias	5	Tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elastano, cor preta, de boa qualidade, marca Lupo ou similar.	R\$ 8,29	R\$ 41,45
Crachá	1	Crachá completo em PVC, impresso frente color com cordão e porta crachá.	R\$ 24,04	R\$ 24,04
Valor Total Semestral (para cada posto de serviço)				R\$ 1.097,57

UNIFORMES PARA POSTO DE RECEPCIONISTA E SUPERVISOR/ENCARREGADO (FEMININO)			Valor Unitário	Valor Total Semestral
Terno Feminino	2	Na cor preta, em tecido tipo microfibra ou tiwei, de boa qualidade, paletó forrado internamente, inclusive na manga, com emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo, 02 bolsos inferiores. Calça ou saia tipo esporte fino, com zíper, na cor preta, e saia na altura do joelho.	R\$ 344,82	R\$ 689,64
Camisa Social	2	Em tecido tricoline, gola com entretela compatível com o modelo, cor branca ou pérola, ou na cor que o órgão escolher de boa qualidade.	R\$ 68,05	R\$ 136,10
Par de sapatos	2	Na cor preta, de boa qualidade, salto baixo, de couro, tipo scarpin. Marca Picadilly, Beira Rio, Dakota ou similar.	R\$ 74,20	R\$ 148,40
Par de meias	5	Finas, de boa qualidade, na cor preta, marca Trifill ou similar.	R\$ 9,50	R\$ 47,50
Crachá	1	Crachá completo em PVC, impresso frente color com cordão e porta crachá.	R\$ 24,04	R\$ 24,04
Valor Total Semestral (para cada posto de serviço)				R\$ 1.045,68

UNIFORMES PARA POSTO DE COPEIRO (MASCULINO E FEMININO)	Valor Unitário	Valor Total
--	----------------	-------------



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

				Semestral
Avental	2	Tecido Oxford ou PVC (impermeável), com alças reguláveis.	R\$ 18,79	R\$ 37,58
Touca	2	Touca de tule com aba frontal de tecido, ajustável, com acabamento de elástico na parte traseira.	R\$ 18,94	R\$ 37,88
Conjunto calça e jaleco	2	Conjunto de calça e jaleco com manga curta em oxford. Calça elástico sem bolsos. Jaleco fechamento com botões, emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo e 2 bolsos inferiores na altura da cintura (sendo um em cada lado).	R\$ 108,75	R\$ 217,50
Par de sapatos	2	Calçado ocupacional atendendo as exigências das normas de segurança do trabalho, sem ponteira e confortável.	R\$ 55,00	R\$ 110,00
Par de meias	5	Tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elastano, cor preta, de boa qualidade, marca Lupo ou similar.	R\$ 8,29	R\$ 41,45
Crachá	1	Crachá completo em PVC, impresso frente color com cordão e porta crachá.	R\$ 24,04	R\$ 24,04
Valor Total Semestral (para cada posto de serviço)				R\$ 468,45



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

APÊNDICE 3 DO TERMO DE REFERÊNCIA

Modelo de Proposta Comercial

IDENTIFICAÇÃO					
Razão Social:					
Endereço:			UF:	CEP:	
Telefone:					
E-mail:					
ITEM/ GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS MENSAIS	PREÇOS GLOBAIS
CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL					
INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO					
PRODUTIVIDADE ADOTADA					
QUANTIDADE DE PESSOAL					
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE			
RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS					
Material		Quantidade	Especificação		
OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES					

Cidade (UF)... de... de....

assinatura responsável



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

APÊNDICE 4 DO TERMO DE REFERÊNCIA
Modelo de Planilha de Custos e Formação dos Preços

Nº do Processo: 2025/3735012
Pregão Eletrônico nº: 90001/2026
Data da Proposta: __/__/__ às __: __ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	
D	Número de meses de execução contratual:	
E	Jornada:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne as rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

1. MÓDULOS

Mão de obra (Mão de obra vinculada à execução contratual)

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra	
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas):
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual):
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano):

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado e do posto

Módulo 1 Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Quando da apresentação das propostas, os licitantes deverão apresentar o Módulo 1 **sem** a indicação de adicional de insalubridade, o qual somente será adicionado pelos licitantes vencedores, mediante apresentação do respectivo laudo técnico das condições ambientais de trabalho, nos termos da cláusula 1.41 e seguintes deste Termo de Referência.

Módulo 2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
Total			

Nota 1: Como a Planilha de Custos e Formação dos Preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista na Lei de Licitações, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.2 Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS		
B	Salário Educação		
C	RAT*		
D	SESC ou Sesi		
E	SENAI ou SENAC		
F	SEBRAE		
G	INCRA		
H	FGTS		
Total			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O RAT* a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Submódulo 2.3 Benefícios Mensais e Diários.		
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Vale Transporte	
B	Vale Alimentação	
C	Seguro de vida com assistência funeral e familiar	
C	Auxílio plano de assistência e cuidado pessoal	
D	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

Módulo 3
Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
Total			

Módulo 4
Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Nota 2: Observando o percentual orientados na legislação, em Acórdãos e jurisprudências no preenchimento do módulo acima.

Submódulo 4.1
Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)		
Total			

Nota 1: Observar o percentual orientados na legislação, em Acórdãos e jurisprudências no preenchimento do módulo acima.

Submódulo 4.2
Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
Total			



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Quadro-Resumo do Módulo 4		
Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intrajornada	
Total		

Módulo 5
Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6
Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B +C+ D+E)		



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		

QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Serviço 1	R\$		R\$		R\$
II	Serviço 2	R\$		R\$		R\$
N	Serviço N	R\$		R\$		R\$
Valor Mensal dos Serviços (I + II + N)						

**QUADRO DEMONSTRATIVO DO
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA**

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (Valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).	

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

Cidade (UF), ____ de ____ de ____
(Assinatura do representante legal ou procurador)
(Nome do representante legal ou procurador)
(Número da Carteira de Identidade e CPF)



ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____-DGL/SEPLAD
PREGÃO ELETRÔNICO SEPLAD/DGL/SRP Nº 90001/2026

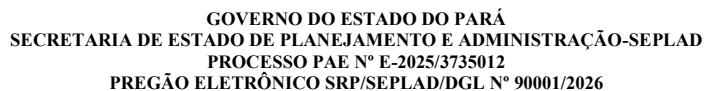
A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ – **SEPLAD**, com sede Trav. do Chaco, nº 2350, Bairro Marco, Belém/PA, CEP 66.093-542, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.747.782/0001-01, neste ato representada pela sua Secretária Adjunta, Sra. **ÁUREA CELESTE BARBOSA PINHEIRO**, domiciliada e residente nesta cidade, nomeada pelo Decreto de 24 de abril de 2026, publicada no DOE nº 36.607, de 27 de abril de 2026, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90001/2026**, processo administrativo nº **E-2025/3735012**, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 3.371, de 29 de setembro de 2023, e, bem como, com a demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de prestação de **SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**, nos seguintes postos de serviços: limpeza e conservação, recepção, copeiragem, jardinagem, carregador, artífice e supervisor/encarregado, em regime de dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, uniformes, insumos e equipamentos necessários e adequados para execução dos serviços nas instalações e nos bens móveis, dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará, especificados nos itens do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



Responsável Legal: xxxxxxxxxxxx, CPF: xxxxxxxxxxxx, RG: xxxxxxxxxxxx

ITEM	COD.	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)
GRUPO						
REGIÃO						
TOTAL DO GRUPO						



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em **até noventa (90) dias**, observado o prazo de vigência da ata.

4.3.1. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de **não** participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1 desta ARP.

Dos limites para as adesões

4.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento (50%)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes, nos termos do art. 32, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de registro de preços.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Estado do Pará, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, mediante a anuência do fornecedor, nos termos do art. 18, Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

5.2. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) a que se refere a cláusula 5.1, será vedada a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

6. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da Ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.3. A contratação será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.1. A contratação de que trata o item 6.2. deverá ser formalizada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, com a respectiva assinatura do instrumento contratual, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar da convocação.

6.4. Antes da celebração do contrato, os licitantes vencedores deverão realizar vistoria nos órgãos e entidades que compõem o(s) grupo(s) adjudicado(s) para fins de elaboração de laudo técnico de insalubridade, observado o disposto na cláusula 1.41 e seguintes do Termo de Referência.

6.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nos termos do art. 21 do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023 e da Lei nº 14.133, de 2021, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do art. 21, inciso I, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados nos termos do art. 21, inciso II, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos art. 21, inciso III, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023:

7.1.3.1. No caso do **reajustamento**, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

7.1.3.2. No caso da **repactuação**, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação. O Termo de Referência oferece maior detalhamento das condições de repactuação.

8. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, nos termos do art. 22, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, conforme § 1º, do art. 22, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado, conforme § 2º, do art. 22, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, conforme § 3º, do art. 22, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, conforme § 4º, do art. 22, do Decreto Estadual nº 3.371/2023.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso, conforme art. 23, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e/ou a Planilha de Custos e Formação dos Preços que demonstre



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas, § 1º, do art. 23, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

8.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1 deste documento, nos termos do disposto no art. 24, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 10.3.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços, nos termos previstos no art. 26, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites do art. 26, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado.

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável.

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese do inciso III, do art. 24, e do art. 26, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

10.1.4. Sofrer sanção do inciso IV, do art. 24, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

10.1.4.1.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista no inciso IV, do *caput* do art. 24 do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1.1. Por razão de interesse público;

10.4.1.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

10.4.1.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no art. 22, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador (SEPLAD) a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas na Cláusula 10 desta Ata, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

12.2. No caso de adjudicação por preço global do grupo, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias duas de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Belém (PA), _____ de _____ de _____

Gestor do Órgão

Empresa



ANEXO III

MINUTAS DE TERMO DE CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO 1

CONTRATO [ÓRGÃO] Nº XXXX/AAAA

PAE nº aaaa/nnnn

RESUMO



CONTRATANTE

Estado do Pará | Nome do órgão

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx (do órgão).

CONTRATADO

Nome da razão social da pessoa jurídica

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.



OBJETO

Prestação de **SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**, nos seguintes postos de serviços: limpeza e conservação, recepção, copeiragem, jardinagem, carregador, artífice e supervisor/encarregado, em regime de dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, uniformes, insumos e equipamentos necessários e adequados para execução dos serviços nas instalações e nos bens móveis, dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, no Edital e seus anexos.



LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço será realizado em [inserir o local em que o bem deve ser entregue].

VALOR TOTAL

R\$ xxx.xxx,xx.



PAGAMENTO

Forma

Ordem bancária.

Prazo

30 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor]. (Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do contrato).

VIGÊNCIA

Prazo

12 meses.

Início

dd/mm/aaaa (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).



Fim

dd/mm/aaaa (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).



CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

PARTES (ART. 89, § 2º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

1.1. Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

ESTADO DO PARÁ, por intermédio de [NOME DO ÓRGÃO], CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx (do órgão), com sede na [inserir endereço], neste ato representado pelo [NOME DO TITULAR DO ÓRGÃO e cargo].

CONTRATADO

NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [NOME DO REPRESENTANTE DA PJ], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

CLÁUSULA 2

FUNDAMENTO LEGAL (ART. 92, INCISO III, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

2.1. O presente contrato é oriundo do Pregão Eletrônico nº 001/2026, constante no PAE nº 2025/3735012 e é regido pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 3

OBJETO (ART. 92, INCISOS I E II DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

3.1. O objeto da contratação é a prestação de SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, nos seguintes postos de serviços: limpeza e conservação, recepção, copeiragem, jardinagem, carregador, artífice e supervisor/encarregado, em regime de dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, uniformes, insumos e equipamentos necessários e adequados para execução dos serviços nas instalações e nos bens móveis, dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, no Edital e seus anexos, conforme descrito no Termo de Referência, o qual adere a este documento para todos os fins.

3.2. Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor, os quais passam a compô-lo como anexos.

3.3. Os serviços contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item Da Ata	Descrição do Posto	Und	Qtd	Valor Unt Posto	Valor Total
1				R\$ 0,00	R\$ 0,00
2				R\$ 0,00	R\$ 0,00
3				R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Global					

3.4. O local e a hora da prestação dos serviços contratados são aqueles previstos no Termo de Referência, anexado a este contrato.



CLÁUSULA 4

PREÇO (ART. 92, INCISO V DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

4.1. O valor global do contrato é R\$ xxx.xxx,xx e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão inclusas neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 5

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, INCISO VIII DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de [inserir ano da contratação], na classificação abaixo:

Gestão/Unidade	xxxxxxxxxx.
Fonte	xxxxxxxxxx.
Programa de Trabalho	xxxxxxxxxx.
Elemento de Despesa	xxxxxxxxxx.
Plano Interno	xxxxxxxxxx.

CLÁUSULA 6

REPACKTUAÇÃO (ART. 135 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

6.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

6.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.2.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

6.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

6.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

6.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

6.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

6.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

6.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação dos Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

6.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{V (I - I^0)}{I^0}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

6.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo, fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

- 6.13.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 6.14.** Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 6.15.** Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 6.16.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 6.17.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 6.18.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 6.19.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 6.20.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 6.21.** A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 6.22.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.23.** O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 6.24.** A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação dos Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

CLÁUSULA 7

PAGAMENTO (ART. 92, INCISOS V E VI DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

- 7.1.** O pagamento será realizado em 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.
- 7.2.** O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da contratado, cujos dados são:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Banco Banpará.

Agência XXXX-X.

Conta XXXXXX-X.

7.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado adote as medidas para saneamento das pendências.

7.4. Na hipótese do item 7.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à contratante.

7.5. A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

7.6. A regularidade fiscal do contratado deve ser verificada pelo contratante por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7. A constatação de irregularidade fiscal do contratado não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

7.8. Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o contratado deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de 5 dias úteis. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, na forma do Decreto Estadual nº 3.813, de 2024, assegurando-se o contraditório e ampla defesa ao contratado.

7.9. A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

7.10. Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

7.11. Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

7.12. A inadimplência do contratado junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do contratante justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

7.13. O contratante efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

7.14. O contratado optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o contratado é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

CLÁUSULA 8

GARANTIA CONTRATUAL



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

8.1 O contratado garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, c/c art. 121, § 3º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a sua escolha.

8.2 A garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor atualizado anual do contrato.

8.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do contratante, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência XXXX-X.

Conta XXXXXX-X.

8.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do contratante, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo contratante.

8.5 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

8.6 Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o contratado fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar de sua notificação.

8.7 O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação.

8.8 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do contratante.

8.9 Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

8.10 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

8.10.1 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

8.10.2 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 8.10.2 deste contrato.

8.10.3 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

8.10.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

8.10.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

8.10.4.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela administração ao contratado; e

8.10.4.3 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

8.10.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 8.10.3, observada a legislação que rege a matéria.

CLÁUSULA 9

OBRIGAÇÕES DAS PARTES (ART. 92, INCISOS XIV, XVI E XVII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

9.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

9.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

9.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.1.8 Cientificar a Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9.1 A Administração terá o prazo de *XXXXX (ajustar conforme a realidade de cada órgão/entidade contratante)*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10 Encaminhar, conforme o caso, os eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado ao órgão gerenciador da Ata, nos termos do Decreto vigente que trata do Sistema de Registro de Preços.

9.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.1.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

9.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

9.2.2 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.2.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.2.5 Manter, durante toda a execução contratual, o percentual de 3% (três por cento) do total de postos de trabalho, em cada contrato com quantitativo mínimo de 50 (cinquenta) colaboradores, para as mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar de que trata a Lei nº 11.340, de 2006, observadas as disposições da Lei Estadual nº 9.945, de 2023.

9.2.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.2.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.2.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.9 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º, do Decreto nº 7.203, de 2010.

9.2.10 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

9.2.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

9.2.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.2.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.2.14 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.15 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.2.16 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.17 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.2.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2.19 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.2.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.22 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.2.23 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.24 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

9.2.25 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

9.2.26 Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.2.27 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

9.2.28 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

9.2.29 Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

9.2.30 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.

9.2.31 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte.

9.2.32 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.2.33 Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.2.34 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.

9.2.35 Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

9.2.36 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

9.2.37 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.2.38 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

9.2.39 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

9.2.40 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

9.2.41 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.2.42 Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

9.2.43 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, inciso XII; art. 30, § 1º, inciso II; e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123, de 2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º, do art. 18 do mesmo diploma legal.

9.2.44 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.2.45 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

CLÁUSULA 10

RESPONSABILIDADE POR DANOS (ARTS. 120 E 121 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

10.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do contratado.

10.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo contratado com terceiros é exclusivamente sua.

10.3 O contratante não responderá pelos compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 11

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 155 A 173 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021 E ARTS. 18 A 31 DO DECRETO ESTADUAL Nº 3.813, DE 2024)

11.1 Constituem infrações administrativas do contratado a serem punidas com as seguintes sanções:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Impedimento de licitar e contratar</i> ”.
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar*
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	
g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar
h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	
i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	
j. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	
11.2 O atraso superior a xx dias corridos (inserir o número de dias) autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.	
11.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante.	
11.4 As sanções podem ser cumuladas com as seguintes multas:	
Multa	
Moratória	Compensatória
a. 0,5% sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos.	0,5% (inserir o percentual) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.
b. 0,5% sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.	



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

11.5 Antes da aplicação das sanções, o contratado será notificado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado de sua intimação.

11.5.1 Para a aplicação das sanções, deverá ser instaurado procedimento de responsabilização por inexecução contratual, na forma prevista no art. 21, do Decreto Estadual nº 3.183, de 2024.

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao contratado, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa.

11.7 Antes da inscrição na dívida ativa, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

11.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando o rito especial previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a) A natureza e gravidade da infração.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d) Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e) A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

11.11 A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12 No prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de aplicação da sanção, o contratante informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e art. 31, do Decreto Estadual nº 3.183, de 2024.

CLÁUSULA 12

ALTERAÇÕES DO CONTRATO (ART. 124 E SEGUINTES DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

12.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

12.2 Caso haja interesse público, o contratante pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até 25% do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

12.3 As partes podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

12.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

12.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 13

EXTINÇÃO DO CONTRATO (ART. 137 E SEQUENTES DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

13.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

13.7 O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8 Quando da extinção, o fiscal deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9 Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.9.1 a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, “b”, da Lei n.º 14.133, de 2021); e,

13.9.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11 O contratante poderá ainda:

13.11.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133, de 2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV, do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA 14

FISCALIZAÇÃO (DECRETO ESTADUAL Nº 3.813, DE 2024)

14.1 O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor nome do servidor, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado, nos termos do Decreto Estadual nº 3.813, de 2024.

CLÁUSULA 15

INTERPRETAÇÃO

15.1 As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, seus



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

regulamentos, Lei Estadual nº 8.972, de 2020 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 16

TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSE

16.1 Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se COMPROMETEM a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121, de 2019.

CLÁUSULA 17

DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO (ARTS. 91 E 94 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

17.1 O contratante divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 dias úteis e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de 10 dias úteis.

17.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 18

VIGÊNCIA (ARTS. 105 A 114 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

18.1 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, prorrogável na forma do art. 107, da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 36 do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

18.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, sendo permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

18.2.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

18.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

18.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

18.2.4 Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

18.2.5 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

18.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

18.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

18.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

18.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

CLÁUSULA 19

FORO (ART. 92, § 1º DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

19.1 As partes elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 16.

Cidade (PA), ---- de---- de -----

NOME DO TITULAR

Cargo

Contratante

NOME DO CONTRATADO

Nome do representante, se não for PF

Contratado

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Testemunha

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Testemunha



MODELO DE TERMO DE CONTRATO 2
PARA EMPRESAS PÚBLICAS

CONTRATO [ÓRGÃO] Nº XXXX/AAAA
PAE nº aaaa/nnnn

RESUMO



CONTRATANTE

Estado do Pará | Nome do órgão
CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx (do órgão).



CONTRATADO

Nome da razão social da pessoa jurídica
CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.

OBJETO

Prestação de **SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**, nos seguintes postos de serviços: limpeza e conservação, recepção, copeiragem, jardinagem, carregador, artífice e supervisor/encarregado, em regime de dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, uniformes, insumos e equipamentos necessários e adequados para execução dos serviços nas instalações e nos bens móveis, dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, no Edital e seus anexos.



LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço será realizado em [inserir o local em que o bem deve ser entregue].

VALOR TOTAL

R\$ xxx.xxx,xx.



PAGAMENTO

Forma

Ordem bancária.

Prazo

30 dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor]. (Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do contrato).

VIGÊNCIA

Prazo

12 meses.

Início

dd/mm/aaaa (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

Fim

dd/mm/aaaa (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).



CLÁUSULAS CONTRATUAIS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

CLÁUSULA 1

PARTES

1.1. Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE	A [NOME DA EMPRESA PÚBLICA], CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx (da empresa pública), com sede na [inserir endereço], neste ato representado pelo [NOME DO TITULAR DA EMPRESA e cargo].
CONTRATADO	NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [NOME DO REPRESENTANTE DA PJ], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

CLÁUSULA 2

FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº 001/2026**, constante no PAE nº 2025/3735012, o qual se regerá pela Lei nº 13.303, de 2016, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, e suas alterações, e segundo as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 3

OBJETO

3.1. O objeto da contratação é a prestação de SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, nos seguintes postos de serviços: limpeza e conservação, recepção, copeiragem, jardinagem, carregador, artífice e supervisor/encarregado, em regime de dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, uniformes, insumos e equipamentos necessários e adequados para execução dos serviços nas instalações e nos bens móveis, dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, no Edital e seus anexos, conforme descrito no Termo de Referência, o qual adere a este documento para todos os fins.

3.2. Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor, e aos anexos desses documentos.

3.3. Os serviços contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item Da Ata	Descrição do Posto	Und	Qtd	Valor Unt Posto	Valor Total
1				R\$ 0,00	R\$ 0,00
2				R\$ 0,00	R\$ 0,00
3				R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Valor Global	

CLÁUSULA 4

LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. O local e a hora da prestação dos serviços contratados são aqueles previstos no Termo de Referência, anexado a este contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

CLÁUSULA 5

PREÇO

5.1. O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento da [EMPRESA], para o exercício de [inserir ano da contratação], na classificação abaixo:

Gestão/Unidade	xxxxxxxxx.
Fonte	xxxxxxxxx.
Programa de Trabalho	xxxxxxxxx.
Elemento de Despesa	xxxxxxxxx.
Plano Interno	xxxxxxxxx.

CLÁUSULA 7

REPACKTUAÇÃO (ART. 81 DA LEI Nº 13.303, DE 2016 E SUBSIDIARIAMENTE PELO ART. 135 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.2.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação dos Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{V (I - I^o)}{I^o}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo, fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

- 7.12.** Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.13.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 7.14.** Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.15.** Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.16.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.17.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.18.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.19.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.20.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.21.** A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.22.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.23.** O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.24.** A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação dos Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

CLÁUSULA 8

PAGAMENTO

- 8.1.** O pagamento será realizado em 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

8.2. O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da contratado, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência XXXX-X.

Conta XXXXXX-X.

8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4. Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à contratante.

8.5. A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6. A regularidade fiscal do contratado deve ser verificada pelo contratante por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.7. A constatação de irregularidade fiscal do contratado não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8. Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o contratado deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de 5 dias úteis. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, na forma do Decreto Estadual nº 3.813, de 2024, assegurando-se o contraditório e ampla defesa ao contratado.

8.9. A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

8.10. Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

8.11. Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12. A inadimplência do contratado junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do contratante justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13. O contratante efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14. O contratado optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o contratado é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.



CLÁUSULA 9

GARANTIA CONTRATUAL

9.1. O contratado garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 70, da Lei 13.303, de 2016, a sua escolha.

9.2. A garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor atualizado anual do contrato.

9.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do contratante, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência XXXX-X.

Conta XXXXXX-X.

9.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do contratante, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo contratante.

9.5. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

9.6. Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o contratado fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de 15 dias úteis, a contar de sua notificação.

9.7. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação.

9.8. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do contratante.

9.9. Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

9.10. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

9.10.1. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

9.10.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 8.10.2 deste contrato.

9.10.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.10.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.10.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.10.4.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela administração ao contratado; e

9.10.4.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

9.10.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 8.10.3, observada a legislação que rege a matéria.

CLÁUSULA 10

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. O CONTRATANTE tem a obrigação de:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

10.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

10.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

10.1.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

10.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.9.1. A Administração terá o prazo de *XXXXX (ajustar conforme a realidade de cada órgão/entidade contratante)*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.10. Encaminhar, conforme o caso, os eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado ao órgão gerenciador da Ata, nos termos do Decreto vigente que trata do Sistema de Registro de Preços.

10.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. O CONTRATADO tem a obrigação de:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

10.2.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.2.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.2.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.2.5. Manter, durante toda a execução contratual, o percentual de 3% (três por cento) do total de postos de trabalho, em cada contrato com quantitativo mínimo de 50 (cinquenta) colaboradores, para as mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar de que trata a Lei nº 11.340, de 2006, observadas as disposições da Lei Estadual nº 9.945, de 2023.

10.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.9. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º, do Decreto nº 7.203, de 2010.

10.2.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

10.2.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

10.2.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.2.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.2.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.2.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.2.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.2.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.2.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.2.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

- 10.2.25.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 10.2.26.** Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.2.27.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.2.28.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 10.2.29.** Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 10.2.30.** Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 10.2.31.** Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte.
- 10.2.32.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 10.2.33.** Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 10.2.34.** Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.
- 10.2.35.** Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 10.2.36.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 10.2.37.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 10.2.38.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

10.2.39. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

10.2.40. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

10.2.41. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

10.2.42. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º, do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 2006;

10.2.43. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, inciso XII; art. 30, § 1º, inciso II; e do art. 31, inciso II, todos da Lei Complementar nº 123, de 2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º do art. 18 do mesmo diploma legal.

10.2.44. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10.2.45. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

CLÁUSULA 11

RESPONSABILIDADE POR DANOS (ARTS. 76 DA LEI FEDERAL Nº 13.303, DE 2016)

11.1. A responsabilidade pelos danos causados por ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do contratado.

11.2. A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo contratado com terceiros é exclusivamente sua.

11.3. O contratante não responderá pelos compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 82 A 84 DA LEI FEDERAL Nº 13.303, DE 2016)

Infração	Penalidade
----------	------------



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Advertência*

*Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “Suspensão temporária de licitar e contratar com a entidade sancionadora”.

Dar causa à inexecução parcial do contrato.

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

Dar causa à inexecução total do contrato. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.

Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

Suspensão temporária de participação em licitação impedimento de contratar com a entidade sancionadora por prazo não superior a 2 anos.

Suspensão temporária de participação em licitação impedimento de contratar com a entidade sancionadora por prazo não superior a 2 anos.

12.1. O atraso superior a **30 (trinta) dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 82, § 1º, da Lei nº 13.303, de 2016.

12.2. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.3. As sanções podem ser cumuladas com as seguintes multas:

Multa	
Moratória	Compensatória
a. 0,5% a 15% sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 (trinta) dias corridos.	0,5% a 15% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.
b. 0,5% a 15% sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 30 (trinta) dias corridos pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.	

12.4. As sanções de suspensão temporária de licitar e contratar, previstas no inciso III, do art. 83, da Lei Federal nº 13.303, de 2016, poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela referida Lei: a) tenham sofrido condenação definitiva por



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **dez (10) dias úteis**, contado de sua intimação.

12.5.1. Para a aplicação das sanções, deverá ser instaurado procedimento de responsabilização por inexecução contratual, nos termos do art. 83, da Lei nº 13.303, de 2016, observado os procedimentos estabelecidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa.

12.7. Antes da inscrição na dívida ativa, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 (quinze) dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8. A aplicação das sanções deve observar:

- a) A natureza e gravidade da infração.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d) Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e) A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, 2013 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.10. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. No prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

CLÁUSULA 13

ALTERAÇÕES DO CONTRATO (ART. 81 DA LEI Nº 13.303, DE 2016)

13.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos na Lei nº 13.303, de 2016, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com apresentação das devidas justificativas.

13.2. Caso haja interesse público, o contratante pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até 25% do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.



13.3. As partes podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme § 7º, do art. 81, da Lei Federal nº 13.303, de 2016.

CLÁUSULA 14

EXTINÇÃO DO CONTRATO (ART. 137 E SEQUENTES DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e,

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

14.8. Quando da extinção, o fiscal deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

14.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133, de 2021); e,

14.9.2. os valores das Notas Fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.11. O contratante poderá ainda:

14.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133, de 2021), conforme legislação que rege a matéria; e,

14.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

14.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA 15

FISCALIZAÇÃO (Lei 13.303, de 2016)

15.1. O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor nome do servidor, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado, nos termos da Lei 13.303, de 2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA 16

INTERPRETAÇÃO

16.1. As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303, de 2016, nas demais normas federais aplicáveis, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972, de 2020 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.



CLÁUSULA 17

TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSE

17.1. Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as partes se comprometem a submeter a disputa preferencialmente à Câmara de negociação, conciliação, mediação e arbitragem da administração pública estadual para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121, de 2019.

CLÁUSULA 18

DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO

18.1. O contratante divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 dias úteis e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de 10 dias úteis.

18.2. Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

VIGÊNCIA (ART. 71 DA LEI FEDERAL Nº 13.303, DE 2016)

19.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados a partir da data da assinatura do instrumento do contrato, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 13.303, de 2016, e do art. 36 do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.

19.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

19.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

19.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

19.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

19.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

19.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

19.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

19.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

19.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

19.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA 20

FORO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

19.7. As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Cidade (PA), ---- de---- de -----

NOME DO TITULAR

Cargo

Contratante

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Testemunha

NOME DO CONTRATADO

Nome do representante, se não for PF

Contratado

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Testemunha



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Pregão Eletrônico SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026.

PROCESSO Nº: E-2025/3735012

RAZÃO SOCIAL: _____ **CNPJ:** _____

ANO DE REFERÊNCIA: _____

Ativo Circulante = R\$ 0,00

Realizável a Longo Prazo = R\$ 0,00

Passivo Circulante = R\$ 0,00

Passivo Não Circulante = R\$ 0,00

Ativo Total = R\$ 0,00

ILG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$ ILG =

ILC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ ILG =

ISG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$ ISG =

PL = R\$ 0,00

Cidade (UF), ____/____/____

Nome e assinatura do Representante
Legal da Empresa



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

Pregão Eletrônico SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026.

Processo Nº: E-2025/3735012

DECLARAÇÃO

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, instalará escritório na cidade de Belém (PA) ou Região Metropolitana, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do primeiro contrato, sem prejuízo da execução do objeto, para os itens cuja entrega se dê na Região Metropolitana de Belém.

Cidade (UF), ____/____/____

Nome e assinatura do

Representante Legal da Empresa

Nota explicativa: Esta Declaração será dispensada se o Licitante, comprovadamente, já possuir escritório instalado ou representante autorizado na Região Metropolitana de Belém (PA), conforme disposto Termo de Referência.



ANEXO VI
RELAÇÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES

Nº.	SIGLA DO ÓRGÃO PARTICIPANTES
1.	AGTRAN
2.	ARCON
3.	CGE
4.	CODEC
5.	COHAB
6.	COSANPA
7.	CPH
8.	CREDCIDADÃO
9.	CRGBA
10.	CRSudeste
11.	DETRAN
12.	EGPA
13.	EMATER
14.	FAPESPA
15.	FASEPA
16.	FCP
17.	FHCGV
18.	FPARÁPAZ
19.	FUNTELPA
20.	FSCMPA
21.	GABGOV (Casa Civil)
22.	GABGOV (Casa Militar)
23.	GABVIC
24.	HEMOPA
25.	IASEP
26.	IOE
27.	ITERPA
28.	JUCEPA
29.	MPC/PA
30.	NGPR
31.	NGTM
32.	PCEPA
33.	PGE
34.	PMPA
35.	PRODEPA
36.	SEAC



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

37.	SEAP
38.	SEASTER
39.	SECOM
40.	SECTET
41.	SECULT
42.	SEDAP
43.	SEDEME
44.	SEDOP
45.	SEDUC
46.	SEEL
47.	SEFA
48.	SEGUP
49.	SEIRDH
50.	SEMAS
51.	SEMU
52.	SEPI
53.	SEPLAD
54.	SESPA
55.	SETRAN
56.	SETUR
57.	UEPA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

ANEXO VII

TABELA DE DEMANDA POR ÓRGÃO E ENTIDADE PARTICIPANTE

Nº.	SIGLA DO ÓRGÃO PARTICIPANTES	IRP Nº 62	IRP Nº 115
1.	AGTRAN	-	2023/1268660
2.	ARCON	-	2023/1268665
3.	CGE	2023/716281	-
4.	CODEC	2023/716287	-
5.	COHAB	-	2023/1268670
6.	COSANPA	2023/716289	-
7.	CPH	2023/716290	-
8.	CREDCIDADÃO	2023/716292	-
9.	CRGBA	2023/716293	-
10.	CRSudeste	-	2023/1268671
11.	DETRAN	2023/716296	-
12.	EGPA	2023/716297	-
13.	EMATER	2023/716298	-
14.	FAPESPA	2025/716299	-
15.	FASEPA	2023/716300	-
16.	FCP	-	2023/1268676
17.	FHCGV	-	2023/1268678
18.	FPARÁPAZ	2023/716306	-
19.	FUNTELPA	-	2023/1268680
20.	FSCMPA	2023/716307	-
21.	GABGOV (Casa Civil)	2023/716310	-
22.	GABGOV (Casa Militar)	2023/716311	-
23.	GABVIC	2023/716312	-
24.	HEMOPA	2023/716313	-
25.	IASEP	2023/716316	-
26.	IOE	-	2023/1268685
27.	ITERPA	2023/716322	-
28.	JUCEPA	2023/716323	-
29.	MPC/PA	2023/716324	-
30.	NGPR	2023/716328	-
31.	NGTM	2023/716329	-
32.	PCEPA	2023/716332	-
33.	PGE	2023/716335	-
34.	PMPA	-	2023/1268691
35.	PRODEPA	2023/716338	-
36.	SEAC	2023/716339	-



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

37.	SEAP	2023/716340	-
38.	SEASTER	-	2023/1268693
39.	SECOM	2023/716346	-
40.	SECTET	2023/716352	-
41.	SECULT	2023/716357	-
42.	SEDAP	2023/716359	-
43.	SEDEME	2023/716360	-
44.	SEDOP	2023/716361	-
45.	SEDUC	-	2023/1268658
46.	SEEL	2023/716364	-
47.	SEFA	2023/716365	-
48.	SEGUP	2023/716366	-
49.	SEIRDH	2023/716368	-
50.	SEMAS	2023/716370	-
51.	SEMU	2023/716371	-
52.	SEPI	2023/716372	-
53.	SEPLAD	2023/716373	-
54.	SESPA	2023/716374	-
55.	SETRAN	-	-
56.	SETUR	2023/716376	-
57.	UEPA	2023/716377	-

Apontamento 1: A distribuição de postos por tipo de serviço, bem como os quantitativos individualizados de cada órgão, encontram-se disponível para acesso das entidades partícipes nos processos administrativos eletrônicos PAE (3.0) listados nestas planilhas.



ANEXO VIII
FORMULÁRIO DE COMPROVAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO
(Art. 4º-B da Lei Federal nº 6.019, de 1974)

A empresa abaixo identificada, para fins de cumprimento das exigências editalícias, declara e comprova, mediante documentação anexa, a integralização do capital social mínimo, de acordo com a quantidade de empregados contratados.

1. Identificação da Empresa

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone/E-mail: _____

2. Quadro de Empregados e Capital Social Integralizado

Faixa de Empregados	Capital Social Mínimo Exigido	Número de Empregados da Empresa	Capital Social Integralizado (R\$)	Documentos Comprobatórios Anexos
Até 10 empregados	R\$ 10.000,00	_____	R\$ _____	()
De 11 a 20 empregados	R\$ 25.000,00	_____	R\$ _____	()
De 21 a 50 empregados	R\$ 45.000,00	_____	R\$ _____	()
De 51 a 100 empregados	R\$ 100.000,00	_____	R\$ _____	()
Acima de 100 empregados	R\$ 250.000,00	_____	R\$ _____	()

3. Declaração da Empresa

Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras e que os documentos anexos comprovam a integralização do capital social mínimo, em conformidade com o art. 4º-B da Lei Federal nº 6.019/1974.

Local e Data: _____

Representante Legal: _____

Cargo/Função: _____

Assinatura e Carimbo: _____



ANEXO IX
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

1. DA DEFINIÇÃO.

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este anexo é parte indissociável do Contrato firmado a partir do Edital XX/2026 e de seus demais anexos.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO.

2.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de seis indicadores de qualidade:

1. Uso de EPI's, uniformes e crachá, 2. Descumprimento por parte do empregado terceirizado das normas e obrigações repassadas pela fiscalização, 3. Atraso / falta de entrega de materiais e/ou equipamentos e/ou uniformes e/ou EPI'S previstos em contrato e/ou fornecimento fora dos padrões de qualidade e/ou quantidade inferior, 4. Descumprimento de outras obrigações contratuais diversas, 5. Outras obrigações contratuais diversas e 6. Qualidade dos serviços prestados.

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.3. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.4. Na aplicação do **INDICADOR 6 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS**, será realizada uma pesquisa de satisfação com o público usuário diverso, onde o total da amostragem de pessoas pesquisadas será determinada pelo fiscal do contrato.

2.5. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.6. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 – USO DE EPI'S, UNIFORMES E CRACHÁ	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento as exigências específicas relacionadas a segurança do trabalho, quanto ao uso dos EPI'S, uniformes e crachá.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através do Relatório Provisório da Fiscalização
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.	
Faixas de ajuste no pagamento	Para Uniforme e Crachá	Para EPI
	Sem ocorrências = 05 Pontos 1 ocorrência = 4 Pontos 2 ocorrências = 3 Pontos 3 ocorrências = 2 Pontos 4 ou mais ocorrências = 0 Pontos	Sem ocorrências = 05 Pontos 1 ocorrência = 0 Pontos
Sanções	Ver cláusula 11 da minuta de contrato 1 (pag. 128) e cláusula 12 da minuta de contrato 2 (pag. 148).	
Observações		
INDICADOR 2 – DESCUMPRIMENTO POR PARTE DO EMPREGADO TERCEIRIZADO DAS NORMAS E OBRIGAÇÕES REPASSADAS PELA FISCALIZAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	
Finalidade	Avaliar o comportamento e o zelo na prestação dos serviços por parte do empregado terceirizado.	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.	
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.	
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através do Relatório Provisório da Fiscalização	
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.	
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.	
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos 1 ocorrência = 5 Pontos 2 ou mais ocorrências = 0 Pontos	
Sanções	Ver cláusula 11 da minuta de contrato 1 (pag. 128) e cláusula 12 da minuta de contrato 2 (pag. 148).	
Observações	Este indicador busca identificar situações em que o empregado recusa-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO ou o abandona, sem motivo justificado ou determinação formal, negligencia a execução dos serviços, assim entendidas a desatenção quanto às atividades e normas, falta de urbanidade no trato interpessoal e outras situações análogas.	



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

INDICADOR 3 – ATRASO / FALTA DE ENTREGA DE MATERIAIS E/OU EQUIPAMENTOS E/OU UNIFORMES E/OU EPI'S PREVISTOS EM CONTRATO E/OU FORNECIMENTO FORA DOS PADRÕES DE QUALIDADE E/OU QUANTIDADE INFERIOR

ITEM	DESCRIÇÃO	
Finalidade	Garantir o nível de fornecimento, abastecimento e qualidade dos materiais, equipamentos, uniformes e, EPI'S previstos no contrato.	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência de atraso/falta de materiais/qualidade ou quantidade inferior no mês.	
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.	
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através do Relatório Provisório da Fiscalização.	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência por item no mês de referência.	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	Atraso/quantidade inferior	Falta/qualidade inferior
	Sem ocorrência = 15 Pontos	Sem ocorrência = 15 Pontos
	01 a 03 ocorrências = 14 Pontos	01 a 03 ocorrências = 10 Pontos
	04 a 07 ocorrências = 13 Pontos	04 a 07 ocorrências = 05 Pontos
	08 ou mais ocorrências = 0 Pontos	08 ou mais ocorrências = 0 Pontos
Sanções	Ver cláusula 11 da minuta de contrato 1 (pag. 128) e cláusula 12 da minuta de contrato 2 (pag. 148).	
Observações	Para este indicador as ocorrências serão contadas por item	

INDICADOR 4 – DESCUMPRIMENTO DE OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DIVERSAS

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar ocorrências de inadimplemento de obrigações contratuais diversas.
Meta a cumprir	Cumprir obrigações contratuais.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através do Relatório Provisório da Fiscalização.
Periodicidade	Por verificação do cumprimento das obrigações contratuais.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 pontos 01 ocorrência = 04 pontos 02 ocorrências = 08 pontos 03 ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanções	Ver cláusula 11 da minuta de contrato 1 (pag. 128) e cláusula 12 da minuta de contrato 2 (pag. 148).
Observações	São exemplos de obrigações que serão consideradas como falhas na execução contratual, as listadas abaixo: Falta ou atraso da visita do preposto nas datas acordadas com a fiscalização contratual. Atraso no pagamento de salários e/ou outros benefícios e/ou encargos sociais (FGTS E INSS) Falta de substituição de posto Falta ou atraso nas respostas aos questionamentos da contratante. Outras obrigações
INDICADOR 5 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço.
Meta a cumprir	Quanto maior melhor.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato através do Relatório Provisório da Fiscalização.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Descrita na Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços prestados – Limpeza e Conservação.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 50 Pontos conforme planilha de avaliação.
Sanções	Ver cláusula 11 da minuta de contrato 1 (pag. 128) e cláusula 12 da minuta de contrato 2 (pag. 148).
Observações	



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS				
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO				
Órgão/Unidade:				
Nº Contrato:				
Gestor/Responsável:				
Contratada:			Mês de referência:	
Legenda do Grau de Satisfação:				
E = Executado; I = Insatisfatório; S = Sem execução				
Descrição	Serviços/Procedimentos	Grau de Satisfação		
		E	I	S
Banheiros	Recolhimento do lixo			
	Limpeza do chão, vasos e pias (lavar e passar pano úmido quando for o caso)			
	Limpeza de paredes, teto (vasculhar quando for o caso) e vitrôs			
	Abastecimento de papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido e outros			
		E	I	S
Corredores	Recolhimento do lixo			
	Limpeza de pisos (varrer, lavar, passar pano úmido e encerar quando for o caso)			
	Limpeza de paredes e teto (vasculhar quando for o caso)			
	Limpeza de luminárias			
		E	I	S
Salas administrativas e Sala de reunião	Recolhimento do lixo			
	Limpeza dos pisos (varrer, lavar, passar pano úmido e encerar quando for o caso)			
	Limpeza de paredes, janelas, áreas envidraçadas e vitrôs			
	Limpeza do teto (vasculhar quando for o caso) e luminárias			
	Limpeza de móveis (lustre e remoção de pó)			
	Limpeza de equipamentos eletrônicos (remoção de pó)			
		E	I	S
	Limpeza de pisos (varrer)			
	Limpeza de calçadas (varrer)			



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

Pátios e estacionamentos	Recolhimento do lixo aparente			
	Limpeza de estacionamentos			
TABELA DE TOTALIZAÇÃO DOS RESULTADOS				
OCORRÊNCIAS COM “I” e/ou “S”		PONTUAÇÃO		
0 a 3		50 (cinquenta) pontos		
4 a 5		40 (quarenta) pontos		
6 a 7		30 (trinta) pontos		
8 ou mais		00 (zero) pontos		

3. FAIXA DE AJUSTE DE PAGAMENTO.

3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.2. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente a soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

3.3. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90 + avaliar a necessidade de notificação.
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto mais multa	0,90 + avaliar a necessidade de aplicação de multa contratual

3.4. A avaliação abaixo de 40 pontos por três vezes consecutivas motivará a rescisão do contrato.

4. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS.

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)		Avaliação
1 - Uso de EPI's, uniformes e crachá	Para Uniforme e Crachá	Para EPI	
	Sem ocorrências = 05 Pontos	Sem ocorrências = 05 Pontos	
	1 ocorrência = 4 Pontos	1 ocorrência = 0 Pontos	
	2 ocorrências = 3 Pontos		
	3 ocorrências = 2 Pontos		



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD
PROCESSO PAE Nº E-2025/3735012
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 90001/2026

	4 ou mais ocorrências = 0 Pontos		
2 – Descumprimento por parte do empregado terceirizado das normas e obrigações repassadas pela fiscalização	Sem atrasos	10	
	1 resposta com atraso	4	
	2 respostas com atraso	3	
	3 respostas com atraso	2	
	4 respostas ou mais com atraso	0	
3 – Atraso / falta de entrega de materiais e/ou equipamentos e/ou uniformes e/ou epi's previstos em contrato e/ou fornecimento fora dos padrões de qualidade e/ou quantidade inferior	Sem atraso	25	
	01 (um) dia ou mais de atraso	0	
4 – Descumprimento de outras obrigações contratuais diversas	Sem atraso	25	
	01 (um) dia ou mais de atraso	0	
5 – Outras obrigações contratuais diversas	Sem ocorrências	15	
	01 ocorrência	10	
	02 ocorrências	5	
	03 ou mais ocorrências	0	
6 – Qualidade dos serviços prestados	Conforme resultados da pesquisa	0 - 20	
Pontuação Total do Serviço			

Período da Avaliação: ____ / ____ / ____ a ____ / ____ / ____.

Fiscal do Contrato